



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FABIANA MONTENEGRO GONSALVES

**Ação local e ativismo internacional: um estudo de caso sobre a atuação do Grupo
Curumim na luta por direitos sexuais e reprodutivos**

**JOÃO PESSOA
2025**

FABIANA MONTENEGRO GONSALVES

Ação local e ativismo internacional: Um estudo de caso sobre a atuação do Grupo Curumim na luta por direitos sexuais e reprodutivos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Xaman Korai Pinheiro Minillo.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G639a Gonsalves, Fabiana Montenegro.

Ação local e ativismo internacional: um estudo de caso sobre a atuação do Grupo Curumim na luta por direitos sexuais e reprodutivos / Fabiana Montenegro Gonsalves. - João Pessoa, 2025.
78 f.

Orientação: Xaman Minillo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Grupo Curumim. 2. Direitos sexuais e reprodutivos. 3. Efeito boomerang. 4. Antigênero. 5. Local. 6. Organizações da Sociedade Civil (OSC). I. Minillo, Xaman. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

FABIANA MONTENEGRO GONSALVES

**AÇÃO LOCAL E ATIVISMO INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
A ATUAÇÃO DO GRUPO CURUMIM NA LUTA POR DIREITOS
SEXUAIS E REPRODUTIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 03 de outubro de 2025

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

Data: 06/10/2025 08:49:32-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

MARIANA PIMENTA OLIVEIRA BACCARINI

Data: 06/10/2025 09:51:27-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

MANUELLA RIANE AZEVEDO DONATO

Data: 06/10/2025 19:08:41-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Manuella Riane Azevedo Donato
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos deste trabalho desperta em mim uma profunda sensação de nostalgia pelos últimos quatro anos de graduação. Movida por esse sentimento, expresso minha mais sincera gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte e marcaram essa trajetória.

Meu primeiro agradecimento vai à Prof.^a Xaman, que me guiou sabiamente e com muita paciência durante todo o processo de formulação e escrita desta pesquisa. Este trabalho não seria o mesmo sem a sua orientação e apoio. Muito obrigada. Estendo ainda meus agradecimentos a todo o corpo docente do Departamento de Relações Internacionais da UFPB que, embora tenham imposto os mais variados desafios ao longo da trajetória, também me proporcionaram aprendizados e oportunidades que formaram a pesquisadora e internacionalista que sou hoje.

Agradeço à Elisa Aníbal, integrante do Grupo Curumim, que, com uma agenda extremamente concorrida, conseguiu abrir espaço para a realização da entrevista. Registro também minha gratidão ao Prof. Gerson pela contribuição essencial que possibilitou a aprovação deste estudo pelo Comitê de Ética.

Ofereço meus agradecimentos às minhas amigas Ana Karolayne Gouveia, Helen Tomaz, Valentine de Moura e Lara Souza pela parceria em sala de aula, pelos inúmeros trabalhos em grupo e, sobretudo, pelos últimos anos repletos de risadas, apoio emocional e amizade genuína. Um agradecimento especial à Lara, por dividir comigo a missão de tornar o último ano inesquecível. Também sou grata à Líndice Beatriz, com quem compartilhei os desafios de pesquisar gênero no campo das Relações Internacionais e a quem devo a inspiração deste trabalho, especialmente pela criação do Diálogo GENERI.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, Eliana e José Alfredo. Sou profundamente grata pelas oportunidades que me forneceram e que me permitiram chegar a este ponto da minha vida. Agradeço pela paciência dos reencontros e por tantas vezes em que a saudade foi medida nas despedidas em aeroportos e rodoviárias. Acredito que este trabalho seja um pouco de vocês também. Muito obrigada.

Certamente, gostaria de agradecer a cada uma das pessoas com quem cruzei nesta jornada, com menções honrosas a Yuri Medeiros, Carla Meira, Miguel Oliveira e tantos outros bons amigos que fiz pelo caminho. Gosto de acreditar que este trabalho só existe porque é fruto das conexões e interações que fazemos ao longo da vida, e sou muito grata pelo

resultado que atingi a partir dos vínculos que criei. Obrigada pelo apoio, confiança e acolhimento.

RESUMO

A presente pesquisa aborda as dinâmicas entre o local e o internacional no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir de um estudo de caso da organização da sociedade civil, Grupo Curumim. Com o objetivo de examinar o papel do Grupo Curumim como ator político relevante para o campo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem feminista e metodologia qualitativa e interpretativa, embasada em uma entrevista com uma integrante da organização, Elisa Aníbal. A partir disso foi desenvolvida análise temática sobre as ações do Grupo Curumim no âmbito do edital “Nas Trilhas do Cairo”. A pesquisa mapeou os desafios enfrentados e identificou os motivos que viabilizam a participação da organização no advocacy internacional feminista. Dessa forma, o trabalho disserta sobre o desenvolvimento do debate internacional sobre direitos sexuais e reprodutivos na agenda da população, destacando a inserção e atuação de organizações da sociedade civil na negociação dos compromissos internacionais em prol da promoção de direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Grupo Curumim; direitos sexuais e reprodutivos; efeito boomerang; antigênero; local; OSC.

ABSTRACT

This research addresses the dynamics between the local and international spheres in the field of sexual and reproductive rights, based on a case study of the civil society organization Grupo Curumim. With the aim of examining the role of Grupo Curumim as a relevant political actor in the field, the research was developed using a feminist approach and qualitative and interpretive methodology, based on an interview with a member of the organization, Elisa Aníbal. From this, a thematic analysis was developed on the actions of Grupo Curumim within the scope of the “Nas Trilhas do Cairo” call for proposals. The research mapped the challenges faced and identified the reasons that enable the organization's participation in international feminist advocacy. Thus, the work discusses the development of the international debate on sexual and reproductive rights on the population's agenda, highlighting the inclusion and performance of civil society organizations in the negotiation of international commitments in favor of the promotion of sexual and reproductive rights.

Keywords: Grupo Curumim; sexual and reproductive rights; boomerang pattern; anti-gender; local; OSC.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Dinâmica de funcionamento do Efeito Boomerang.....	23
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1: Definição das perguntas para o Grupo Curumim.....	57
--	----

Lista de abreviaturas e siglas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

CSW - *Commission on the Status of Women*

DAWN - *Development Alternatives with Women for a New Era*

ESPII - Emergência Pública de Importância Internacional

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

GC - Grupo Curumim

IA - Inteligência Artificial

IWHC - *International Women's Health Coalition*

LACWHN - *Latin American and Caribbean Women's Health Network*

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ODM - Objetivos do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OI - Organização Internacional

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OSC- Organizações da Sociedade Civil

PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

RPD - *Regional Policy Dialogue*

SUS - Sistema Único de Saúde

TCC I - Trabalho de Conclusão de Curso I

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

WEDO - *Women's Environment and Development Organization*

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Metodologia e marco conceitual no desenvolvimento do desenho de pesquisa.....	14
1.1 Epistemologia Feminista e Metodologia Interpretativista.....	14
1.2 Produção de dados: Entrevistas; critérios de inclusão ou exclusão e perguntas.....	17
1.3 Método de Análise dos Dados.....	21
1.4 Referencial teórico-conceitual.....	22
2. O debate internacional sobre população e desenvolvimento e a atuação de organizações feministas.....	25
2.1 Precedentes para a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos à CIPD 1994: abordagens economicistas.....	25
2.2 A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 e a atuação do feminismo transnacional.....	27
2.3 Pós-Cairo 1994: os resultados do Programa de Ação e o cenário dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil.....	31
3. Estudo de Caso do Grupo Curumim.....	35
3.1 História do Grupo Curumim e participação nas “Trilhas de Cairo”.....	35
3.2 Conexões Internacionais e Ações Locais.....	38
3.3 Desafios para manter o trabalho ativo e o advocacy internacional.....	42
3.4 “Nós não somos o Estado e não pretendemos substituir”.....	46
Conclusões.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	57
ANEXOS.....	74

Introdução

O campo de estudos populacionais é marcado por debates sobre a relação entre o desenvolvimento dos Estados e o crescimento populacional, muitas vezes enquadrando este fator como um “entrave” para a resolução de problemas sociais e econômicos (Alves; Corrêa, 2003). Em 1994, esse cenário sofreu uma reversão, a partir do momento que os direitos sexuais e reprodutivos são inseridos nas discussões internacionais desse campo marcando uma revolução paradigmática – com destaque para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) ocorrida nesse ano. A promoção de saúde reprodutiva para mulheres e pessoas que gestam se torna um aspecto central no que se trata o desenvolvimento dos Estados e passa a ser um elemento presente nas discussões sobre população.

A presente pesquisa chama a atenção para a experiência de uma organização social feminista nestas temáticas. Isso é feito considerando como as mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos são instrumentalizados como uma forma política de atingir os objetivos de desenvolvimento econômico (Ewig, 2006). Ao utilizar estratégias de controle reprodutivo, sobretudo com alvo em mulheres pobres, os Estados são capazes de regular desequilíbrios fiscais pois reduzem seus gastos sociais. No entanto, essas estratégias vêm ao custo do bem-estar das mulheres, muitas vezes valendo-se de métodos coercitivos para promover práticas como a esterilização feminina. Isso ilustra como os Estados, apesar de serem em princípio os guardiões primários dos direitos humanos, são também seus maiores violadores (Keck; Sikkink, 1998). Desse modo, salienta-se a importância de, ao acrescentar os direitos sexuais e reprodutivos à discussão em torno da questão populacional, considerar a participação da sociedade civil organizada, uma vez que estes atores que estão em contato direto com grupos marginalizados, são capazes de amplificar demandas e denunciar abusos estatais. Entende-se, assim, que esses atores são essenciais para que uma agenda centrada na população considere e promova a melhora da condição feminina.

Diante deste cenário e com a preocupação de identificar como se dão as conexões entre local, nacional e internacional, a pesquisa se volta à experiência da organização “Grupo Curumim - Gestação e Parto”. Esta possui ação localizada em Pernambuco, e atua desde 1989, e já participou de encontros internacionais como a Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW) das Nações Unidas (ONU). A pergunta que norteia a pesquisa é: Como o Grupo Curumim (GC) atua conectando o local e o internacional em prol da saúde sexual e reprodutiva? Essa ponte entre o local e o internacional que o Grupo desenvolve foi explorada

como um estudo de caso que pode lançar luz sobre dinâmicas similares que ocorrem envolvendo outras organizações. Aqui considereei como o GC articulou suas ações às diretrizes do Programa de Ação do Cairo/ODS 3 e 5 no contexto das edições de 2021 e 2022 do edital “Nas Trilhas de Cairo”. Isso foi feito com o objetivo central de compreender como ações localizadas podem contar com apoio internacional para serem desenvolvidas e serem capazes de gerar reflexos locais e também internacionais.

A metodologia adotada no trabalho baseou-se em uma abordagem qualitativa e interpretativa feminista. Como método de geração/coleta de dados, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com uma representante do Grupo Curumim. A análise desses dados foi realizada por meio de uma análise temática, que considerou dados retirados dos documentos do edital “Nas Trilhas de Cairo”, matérias produzidas na divulgação do edital e do próprio Programa de Ação do Cairo. A triangulação entre estas fontes diferentes foi a base para interpretar as ações do GC.

No primeiro capítulo desta pesquisa, serão expostos os aspectos metodológicos que irão apresentar como a pesquisa foi realizada e contribuirão para o entendimento dos próximos capítulos. No segundo capítulo, será apresentado o desenvolvimento do debate internacional que conecta população, desenvolvimento e direitos sexuais e reprodutivos. Desta forma, estabelecendo parâmetros para o entendimento do Programa de Ação definido no Cairo até as metas incorporadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, esse capítulo também oferece informações essenciais para compreender o contexto político-conservador que permeava, e ainda permeia, a luta pelos direitos das mulheres sobre seus corpos. Isso foi feito com o objetivo de examinar os fatores domésticos que condicionam a relevância da atuação do Grupo Curumim no contexto histórico considerado na pesquisa. Por fim, no terceiro capítulo é apresentada a análise das ações do Grupo, realizada a partir das informações coletadas/geradas na entrevista. Neste capítulo, evidencia-se quais ações específicas foram trabalhadas nas edições de 2021 e 2022 no edital, examinando seus aspectos que dialogam com a agenda internacional de população e desenvolvimento.

Em suma, a construção deste estudo de caso contribuiu para o entendimento do Grupo Curumim como um ator politicamente relevante para o debate doméstico e internacional sobre direitos sexuais e reprodutivos, além de representar oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas no campo das Relações Internacionais e do ativismo feminista.

1. Metodologia e marco conceitual no desenvolvimento do desenho de pesquisa

Neste capítulo apresento a metodologia e os processos de construção do estudo de caso científico apoiado em uma abordagem feminista de ponto de vista e no marco conceitual de organizações da sociedade civil (OSCs) e do efeito boomerang (Keck; Sikkink, 1998) que permitiram examinar a atuação do GC como uma organização que atua com impacto local conectada a uma estrutura de ativismo internacional. Dessa forma, o capítulo é subdividido em quatro seções: a primeira estabelece os parâmetros de uma epistemologia feminista e metodologia interpretativista, ideias para compreender as escolhas realizadas para direcionar o desenho de pesquisa; a segunda seção foca na produção de dados a partir de entrevistas semiestruturadas e o processo para a operacionalização do método; a terceira seção trata do método de análise dos dados; e por fim, a última seção foca no referencial teórico-conceitual que dará bases para a construção da análise temática do estudo de caso.

1.1 Epistemologia Feminista e Metodologia Interpretativista

A pesquisa empregada na monografia é de natureza qualitativa e abordagem interpretativa. A princípio esta seção considera as noções do interpretativismo e as dinâmicas de validação do saber científico como processo político inspirada em debates pós positivistas. Em seguida, compreende-se a epistemologia feminista e como ela atua nesse papel de promover uma ponte entre o debate acadêmico e a realidade social do objeto de estudo.

Em “*Interpretation and Method*”, Dvora Yanow (2014), aborda as implicações filosóficas da abordagem interpretativa e a relação com as ciências sociais, destacando que:

Ao contrário (até onde sabemos) de rochas, estrelas e átomos, os humanos criam, comunicam, interpretam, compartilham e contestam significados. Agimos; temos intenções sobre nossas ações; interpretamos as ações dos outros; (tentamos) dar sentido ao mundo: somos criaturas criadoras de significado. Nossas instituições, nossas políticas, nossa linguagem, nossas cerimônias são criações humanas, não objetos independentes de nós. E, portanto, uma ciência humana (ou social) precisa ser capaz de abordar o que é significativo para as pessoas na situação social em estudo. É esse foco no significado, e as implicações desse foco, que os vários métodos interpretativos compartilham. (Yanow, 2014, p. 9, tradução livre)

Nesse sentido, a abordagem interpretativa leva em consideração que a realidade é socialmente construída. As interações humanas, nossa linguagem e criações são objetos carregados de significados situados em contextos sociais, culturais, históricos e políticos específicos que podem apenas ser profundamente analisados de uma perspectiva interpretativa. Diferente de uma ciência positivista, essa abordagem compreende que

fenômenos sociais não podem ser “capturados” ou “descobertos” como nas ciências naturais, pois parte da compreensão científica é proveniente do próprio pesquisador (Yanow, 2014). Isto é, compreender esses fenômenos requer reconhecer que assim como o objeto de pesquisa, o pesquisador também está situado em um dado contexto, e reconhecer tais aspectos é uma questão essencial para metodologias interpretativistas e basilar para a pesquisa desenvolvida neste trabalho.

À luz desse aspecto da produção científica interpretativista, nas Relações Internacionais, a luta feminista como campo teórico e como movimento, é em sua essência marcada por compreender a categoria analítica, gênero, em fenômenos que ultrapassam as fronteiras dos Estados (Nogueira; Messari, 2005). Para essa pesquisa, o entendimento da epistemologia feminista será essencial para compreender a importância de tratar sobre uma organização da sociedade civil que dialoga com dinâmicas locais e internacionais. Neste sentido, entende-se que categorias como gênero são socialmente construídas e adquirem significados específicos em diferentes contextos. A abordagem interpretativista feminista, empregada neste trabalho compreende que a realidade material é transformada por nossos entendimentos, crenças e saberes, e que o conhecimento é situado e acompanha o caráter transitório das mudanças materiais (Maso, 2025¹). Isto significa que não apenas a epistemologia feminista tem um caráter reflexivo, na qual há um constante processo de auto reflexão da construção teórica, mas também entende que a realidade social não é estática.

Essa compreensão será abordada com mais profundidade no 2º capítulo, a partir da observação do debate sobre a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda de população, uma vez que o processo configura-se em um em uma arena de disputas entre discursos conservadores e progressistas sobre o direito das mulheres. Desta forma, um dos aspectos mais relevantes de teorias feministas, fundamenta-se no seu ativismo e na construção de um conhecimento engajado. Em “*Otras formas de (Des)aprender*” (Salgado, 2019) esse ativismo revela que:

Na perspectiva da pesquisa feminista, a geração de conhecimento é um compromisso político, pois busca oferecer alternativas para uma transformação radical e a erradicação de todas as formas de violência, injustiça e desigualdade. (Salgado, 2019, p. 33, tradução livre)

¹ MASO, Tchella. *Epistemologia Feminista nas RI*. Palestra proferida em encontro organizado pelo projeto Polisexi, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 11 mar. 2025. Informação verbal.

Assim, esta pesquisa propõe-se como uma pesquisa feminista, uma pesquisa comprometida com os aspectos políticos que compreendem a discussão em torno dos direitos sexuais e reprodutivos.

Diante do elemento central da epistemologia feminista, a *Standpoint Theory* - ou teoria de ponto de vista - como abordado por Sandra Harding (2004) em “*A Socially Relevant Philosophy of Science? Resources from Standpoint Theory's Controversiality*”, também reforça que a ciência não é neutra. No campo da saúde reprodutiva, por exemplo, o passado da ginecologia e obstetrícia foi profundamente atrelado à violência contra mulheres negras. O médico, James Marion Sims, conhecido como “pai da ginecologia”, realizava nos Estados Unidos do século XIX, experimentos com mulheres escravizadas. Esses experimentos resultaram em avanços para a ginecologia moderna aos custos de violações ao corpo dessas mulheres (Owens, 2017), fornecendo um exemplo tácito para o entendimento que dentro do próprio campo dos direitos sexuais e reprodutivos essa dinâmica pode ser observada.

Dessa forma, é possível implicar que a construção do conhecimento não é imparcial, e muitas vezes, beneficia um grupo dominante. Nesse aspecto, a *Standpoint Theory* reforça a importância de experiências localizadas, sobretudo de grupos minorizados, como as mulheres. Fazendo isto, a teoria complementa que:

Sua preocupação não é articular a perspectiva de mulheres ou de algum outro grupo marginalizado sobre a vida do grupo, embora isso frequentemente seja um passo importante em seu processo. Em vez disso, pretende ambiciosamente mapear as práticas de poder, as maneiras pelas quais as instituições dominantes e suas estruturas conceituais criam e mantêm relações sociais opressivas. Em segundo lugar, faz isso localizando, em uma desvantagem material e política ou forma de opressão, uma visão distinta sobre como uma estrutura social hierárquica funciona. (Harding, 2004, p. 31, tradução livre)

A partir deste entendimento, alinhada a abordagem feminista, foi realizada a escolha por entrevistas semiestruturadas para compor as ferramentas de investigação. Compreende-se a utilização de entrevistas não apenas como método de coleta ou alternativa para explorar um estudo de caso com poucos dados concretos disponíveis e sim como ferramenta para explorar aspectos ligados ao funcionamento da estrutura que mantém certos grupos sociais ainda marginalizados (Harding, 2004). No caso do Grupo Curumim, isso pode ser observado a partir dos desafios impostos pela pandemia e um governo que recusou-se a cumprir suas responsabilidades para com as mulheres, no entanto, isto será explorado no capítulo 3.

1.2 Produção de dados: Entrevistas; critérios de inclusão ou exclusão e perguntas

A metodologia foi desenvolvida a partir das experiências da pesquisadora desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Diálogo GENERI”², da UFPB. Criado pela discente do Curso de Graduação em Relações Internacionais Lindice Beatriz Tavares de Souza e auto gerido pelos discentes de Relações Internacionais com apoio da Prof.^a Dr.^a Xaman Minillo. O projeto baseia-se na realização de entrevistas com indivíduos que realizam ações de cooperação internacional em âmbito estadual e municipal ou com organizações da sociedade civil, as quais são utilizadas para escrever produtos textuais para o site do projeto, com o intuito de contribuir para a divulgação de conhecimento especializado sobre Relações Internacionais e gênero.

As entrevistas são ferramentas de geração de dados qualitativos indicados para gerar conhecimentos específicos sobre determinado assunto (Pinto, 2023). Sendo assim, esta ferramenta compõe o presente estudo de modo que possibilita gerar dados baseados em uma amostragem direcionada do Grupo Curumim e interage com a teoria do ponto de vista, uma vez que permite a partir das percepções individuais do grupo delinear temáticas relevantes para o estudo de caso. Baseando-se na definição de Vânia Pinto (2023), a entrevista realizada no âmbito deste trabalho classifica-se como semiestruturada pois combina ser uma entrevista guiada por perguntas pré-definidas mas também abre espaço para uma conversa mais flexível. A escolha por esse tipo de entrevista, permite que as interpretações do entrevistado tenham possibilidade de se desenvolver e contribuir para a característica interpretativa deste trabalho.

A partir da escolha dessa ferramenta de geração de dados, foi necessário desenvolver uma série de procedimentos para definição da amostragem de pesquisa e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB. Desta forma, explora-se que durante pesquisas para o Diálogo GENERI, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e as parcerias dessa organização com organizações da sociedade civil apresentaram expressiva notoriedade.

Ao investigar à fundo a atuação da UNFPA, as pesquisas no site oficial da instituição revelaram que a parceria com ONGs é uma dos pilares de funcionamento da agência (UNFPA, 2025). Isso revela-se pela relação de proximidade com uma série de organizações de temáticas variadas mas relacionadas com o mandato de atuação da organização - de promover a saúde sexual e reprodutiva e os direitos populacionais. Em 2020, foi lançada a primeira edição do edital “Nas Trilhas de Cairo”, com o propósito de prover auxílio financeiro e institucional para as organizações da sociedade civil parceiras da UNFPA (UNFPA, 2020b). O sucesso da iniciativa permitiu que mais três edições fossem realizadas em 2021, 2022 e 2025.

² Site oficial do projeto de extensão: <https://dialogogeneri.com.br/>

Para fins de recorte da pesquisa foram consideradas apenas as edições de 2020 e de 2021, nas quais houve a participação do Grupo Curumim.

Diante desses parâmetros, foi conduzida uma pesquisa sobre as organizações apoiadas e atribuídos critérios de seleção, tendo em vista a possibilidade de dar enfoque na experiência de uma única organização para se desenvolver um estudo de caso. O primeiro critério atribuído para a pesquisa foi que a organização tivesse descrito em sua missão ou objetivo institucional o apoio aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse aspecto, vale ressaltar que algumas organizações apoiadas pela UNFPA apresentavam iniciativas voltadas para a juventude, populações indígenas, e as pautas LGBTQIAPN+ que apresentavam projetos ou ações voltadas para direitos sexuais e direitos reprodutivos. No entanto, ao definir esse critério, o objetivo era reduzir para organizações com foco explícito nesse aspecto. Dessa forma, as listas de organizações de 2020 e 2021 foram reduzidas a uma quantidade de 10 organizações, sendo elas: Rede Feminista de Saúde; Grupo Curumim Gestação e Parto; Cunhã Coletivo Feminista; AzMina; Católicas pelo Direito de Decidir; Associação das Prostitutas da Paraíba; Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras; Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia); Associação Beradeiro; Cunhã.

O segundo critério atribuído entre as 10 organizações foi a participação nos editais de 2020 e 2021. Esse critério definiu duas organizações que encaixava-se em ambos os critérios, a Cunhã Coletivo Feminista e o Grupo Curumim Gestação e Parto. Ao explorar os sites e materiais disponíveis por cada uma das organizações, optou-se por seguir a pesquisa com o Grupo Curumim, que apresentava uma disponibilidade maior de materiais e evidências sobre a destinação dos recursos do edital, entendendo-se que tais materiais enriqueceriam a análise da entrevista.

A partir da escolha da organização ao qual trabalharia-se o estudo de caso, o restante da pesquisa tomou um direcionamento. A princípio, buscava-se compreender o processo de cooperação entre o Grupo Curumim e a UNFPA, de modo que fosse possível observar os aspectos da parceria entre uma organização da sociedade civil e uma organização internacional, sem o intermédio de um Estado soberano. Em “*Rethinking capacity and complementarity for a more local humanitarian action*” (Barbelet, 2019) é explorada a complementaridade do trabalho entre ONGs e organizações internacionais (OIs) em períodos de crise humanitária, na pesquisa de Barbelet (2019), revelou-se que há poucos estudos que expõem os benefícios de uma OI trabalhar com um ator local. Diante deste pressuposto, a presente pesquisa buscou compreender as possibilidades de uma parceria entre esses atores.

Assim, a primeira pergunta de pesquisa que foi desenhada procurava investigar: “Como a cooperação entre a UNFPA e o Grupo Curumim entre 2017 e 2021 reflete ideias e consensos internacionais do Programa de Ação do Cairo sobre saúde sexual e reprodutiva?”

Desta forma, a pergunta trabalharia com o período de 2017 a 2021, correspondentes aos anos mais recentes de mandato da UNFPA Brasil e que incluía o período de formulação e aplicação do edital “Nas Trilhas de Cairo”. Além disso, compreenderia de forma secundária se/como ocorreriam as transposições entre o local e o internacional para esses atores. Essa dinâmica seria trabalhada a partir da temática sobre saúde sexual e reprodutiva, tópico comum de ambas as organizações. Diante da natureza singular da parceria, apesar da disponibilidade de materiais formais como matérias jornalísticas, divulgações oficiais da UNFPA, boletins do Grupo Curumim, o documento dos editais, entre outros recursos, entendia-se ser necessária a realização de entrevista, pois esses materiais pouco revelavam com especificidade sobre os detalhes desta cooperação.

Frente ao desafio da falta de dados sobre o caso, realizar entrevistas com ambos os atores fazia parte do planejamento inicial da pesquisa. Dessa forma, o primeiro desafio seria estabelecer um contato com as organizações pretendidas. Assim, foram realizadas múltiplas tentativas de contato, por fontes diferenciadas. Com a UNFPA, os contatos por email de funcionários da organização estavam disponíveis para consulta, estabelecendo a primeira forma de contato. Em seguida, outra tentativa foi feita via formulário no site oficial. Por fim, a última tentativa foi por meio de ligação para o número institucional fornecido no site, descrito como o escritório das Nações Unidas no Brasil.

A ligação para o escritório da ONU foi a única via que teve resultados concretos. Na ligação, houve o redirecionamento para a UNFPA que determinou que a demanda seria repassada internamente. Aproximadamente 2 semanas após essa ligação, um contato via email foi realizado por Indyamara Machado, Assistente de Programa para Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Com o intuito de marcar uma reunião para falar sobre o propósito da pesquisa. O projeto de pesquisa original foi enviado para o conhecimento da potencial entrevistada, assim como as perguntas previamente delimitadas.

Paralelo a isso, para prosseguir com as entrevistas, o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso formulado durante a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), em agosto de 2024, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPB. Para esse processo acontecer, foi necessário o contato prévio com a UNFPA e o Grupo Curumim. Com o contato estabelecido com a UNFPA, era necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para prosseguir com as entrevistas e o processo de submissão ao

CEP. Assim, de forma simultânea, iniciei o contato com o Grupo Curumim via email, formulário no site e telefone da organização, ao qual nenhum gerou retorno.

O contato com o Grupo Curumim aconteceu por meio de mediação com a Dra. Manuella Donato. Em uma palestra que ofereceu à disciplina de Cooperação Internacional oferecida pelo Departamento de Gestão Pública da UFPB em 2024, Donato contou sobre suas experiências com a cooperação e o terceiro setor. Uma dessas experiências configurava o trabalho na Fundação Malala, instituição parceira do Grupo Curumim. Tendo conhecimento desta parceria, foi solicitado o contato com o GC e Manuella fez a ponte entre esta pesquisadora que vos fala e a entrevistada, Elisa Aníbal. Esse processo pouco formal demonstra a importância da solidariedade feminista das pessoas que atuam na área para o desenvolvimento de redes e de pesquisa.

A partir do estabelecimento desses contatos com UNFPA e GC, com ambas foram realizadas reuniões de alinhamento para apresentar a pesquisa e apresentar os documentos que precisariam ser assinados para prosseguir com a submissão do projeto de pesquisa ao CEP. As assinaturas do Grupo Curumim foram finalizadas no dia 10/03/2025 e as assinaturas da UNFPA foram finalizadas no dia 18/03/2025. Com as assinaturas coletadas, e todos os outros documentos de submissão no CEP preenchidos, a próxima etapa foi incluir o projeto e toda a documentação no sistema da Plataforma Brasil. O projeto foi submetido no dia 08/04/2025, apreciado pelo comitê no dia 24/04/2025, teve devolutiva para correção no dia 25/04/2025 e foi aprovado no dia 09/05/2025. A certidão de aprovação do CEP pode ser consultada no Anexo I.

As perguntas da entrevista encontram-se no Apêndice A e foram compartilhadas com Elisa Aníbal antecipadamente ao momento da entrevista, de modo que pudesse preparar suas respostas. Na Tabela 1: Definição das perguntas para o Grupo Curumim, no Apêndice A, revela-se o processo de estabelecimento das perguntas, as quais foram pensadas a partir das intenções e expectativas da autora. Compreender esses dois aspectos foi uma forma de balizar as minhas interpretações e escolhas para o encaminhamento das entrevistas. No que tange às intenções, foram pensadas de acordo com os objetivos que pretendia-se atingir. Por exemplo, na primeira pergunta a intenção era ter uma abertura para uma localização temporal da parceria. De maneira complementar, a definição de expectativas permitiu a sistematização do que eu considerava como relevante para a resposta desta pergunta, de modo que pudesse ser observado quando as percepções da entrevistada se alinhavam ou não à essas expectativas de forma a reorientar minhas pressuposições. Além disso, as perguntas desenvolvidas nessa parte do processo demonstram um momento inicial da pesquisa, no qual o foco principal era

destinado à parceria entre as organizações. Contudo, algumas adaptações precisaram ser realizadas.

Neste período, houve diversas tentativas para retomar o contato com a UNFPA para a realização da entrevista. No entanto, os muitos contatos não obtiveram retorno. Não há recursos para informar o motivo mas, considerando a boa vontade demonstrada inicialmente, supõe-se que não foi por desinteresse nem hostilidade ao projeto. Desse modo, para manter a pesquisa viável dentro de um prazo factível para entrega, foram necessários ajustes.

A entrevista com o Grupo Curumim foi realizada no dia 18 de março de 2025. Com a entrevista do Grupo Curumim concluída, o projeto continua viável, mas demandou a realização de uma adaptação no desenho da pesquisa, que se configurou na seguinte pergunta: “Como o Grupo Curumim atua conectando o local e o internacional em prol da saúde sexual e reprodutiva?” Anteriormente, este aspecto era um fenômeno secundário desta pesquisa, e com a reformulação, teve oportunidade de ser explorado de forma mais aprofundada, sem perder os avanços anteriores à reformulação.

1.3 Método de Análise dos Dados

A partir do material de entrevista produzido, era essencial a realização da transcrição do material de vídeo. Diante dessa questão, havia duas possibilidades: realizar a transcrição de forma manual ou por meio de ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Apesar das IAs serem um método popular e facilitado para obter transcrições rápidas de material em vídeo, elas representavam uma desvantagem no que tange a conexão da pesquisadora com o material produzido (Pinto, 2023). Tomando como referência as experiências com entrevistas para o Diálogo GENERI, sabia-se que as transcrições em IA impediam que fosse criada uma familiaridade com o dado produzido, de modo que ao escrever as matérias eram necessárias diversas consultas as transcrições para encontrar os dados que seriam utilizados. Nessa perspectiva, adotar uma transcrição manual para essa pesquisa, mesmo com os desafios de um prazo limitado, buscaram intensificar a relação entre a pesquisadora e o material central do trabalho, visto que de acordo com o que é pontuado por Vânia Carvalho (2023), a transcrição é o primeiro passo da análise de dados. Esperava-se dessa forma também facilitar a escrita do texto com a análise.

Os parâmetros para o desenvolvimento da transcrição mesclaram estilos de transcrição jeffersoniana e ortográfica abordados por Vânia (2023). Um aspecto incorporado da transcrição jeffersoniana foi a divisão por rondas, para focar em elementos diferentes da transcrição a cada avaliação completa do material escrito. No caso desta pesquisa, a primeira

ronda definiu a ordem de fala dos interlocutores, para em seguida escrever as falas. A escrita das falas seguiu a transcrição ortográfica, que buscou preservar ao máximo a comunicação do mesmo modo que foi transmitida. Em seguida, a próxima ronda foi para reajustar o texto adicionando pontuações e fazendo correções de escrita, e por fim, a adição da minutagem das falas. Dessa forma, torna-se transparente o processo de adaptação da entrevista ao modelo escrito.

Além disso, acrescenta-se à análise dos dados o método de análise temática. Este método foca na recorrência e análise de temas nos dados obtidos, de modo que possa fazer uma codificação a partir do teor das entrevistas e seus significados latentes (Pinto, 2023). A análise temática necessita uma imersão no produto da pesquisa e reflexividade do autor, dois aspectos que contribuíram para a adoção deste método de análise, uma vez que a preferência pela transcrição manual foi uma forma de “mergulhar” e se expor com mais frequência ao texto. E no que diz respeito a reflexividade, é um aspecto relevante da epistemologia feminista mencionada anteriormente, o reconhecimento da autora sobre suas próprias subjetividades. Dessa forma, a análise temática em conjunto com as transcrições irão compor a análise de dados da entrevista semiestruturada presente nesta pesquisa e dialogar com o referencial teórico conceitual que irá contribuir para a resposta da pergunta de pesquisa.

1.4 Referencial teórico-conceitual

A definição de organizações da sociedade civil (OSC)³ provém da sua origem na livre organização e da realização de ações de interesse público sem a intenção de lucro (IPEA, 2025). Para o desenvolvimento deste trabalho, será relevante compreender a diferença das OSCs para os outros tipos de atores presentes na arena internacional. Segundo Gohn (1997, p. 303): “Movimentos e ONGs cidadãos têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com objetivo e o fim de atender a área social”. Esta característica é um dos aspectos que configura a relevância destes atores para não apenas promover melhores condições visando o interesse dos seus beneficiários, mas também como uma forma de conectar grupos marginalizados às estruturas formais.

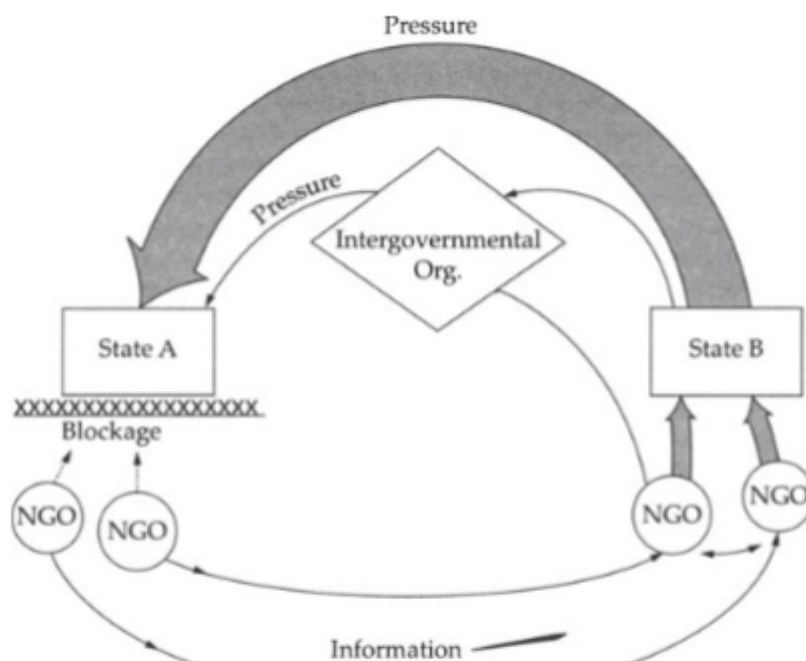
Neste âmbito, Thomas Carroll (1992) define as OSCs intermediárias, com destaque para as organizações de apoio de base ou *grassroots support organizations*. Esses tipos de

³ O termo “organizações da sociedade civil” ou OSC, será empregado neste trabalho como sinônimo de “organizações não-governamentais” ou ONG tendo em vista que representam conceitualmente os mesmos atores. O termo OSC é apenas a nomenclatura mais atualizada desse tipo de organização, por isso, literaturas mais antigas podem optar por usar a nomenclatura das ONGs.

organização estabelecem a realização de serviços básicos para agrupamentos locais e promovem as demandas, dificuldades e práticas dos *grassroot groups* para níveis governamentais. Diante deste estudo de caso, esta classificação é relevante pois na análise realizada no capítulo 3 será possível identificar as atividades do Grupo Curumim como uma OSC intermediária que confere bases para a luta por direitos sexuais e reprodutivos.

Diante das atividades do grupo e do ativismo encrustrado na epistemologia feminista, é possível identificar a ação do Grupo Curumim não apenas como uma organização de impacto local mas também como participe em uma estrutura de ativismo internacional. Para compreender esta participação, o conceito de efeito boomerang elaborado por Margaret E. Keck e Kathryn Sikkink (1998) em “*Activists Beyond Borders*”, foi aplicado ao longo desta pesquisa. O conceito é utilizado como uma forma de compreender as redes de ativismo transnacional, de que modo surgem, participam e influenciam o sistema internacional. O conceito do efeito boomerang salienta essas redes de interações que possibilitam criar conexões entre o doméstico e o internacional (Keck; Sikkink, 1998). Essa dinâmica pode ser observada a partir do esquema a seguir:

Figura 1: Dinâmica de funcionamento do Efeito Boomerang



Fonte: Keck; Sikkink, 1998

O esquema indica que a partir do momento em que a comunicação com o Estado A passa por um bloqueio, as organizações da sociedade civil domésticas recorrem à arena

internacional para que outros atores possam exercer pressão sobre o Estado A e possam influenciar mudanças de comportamento (Keck; Sikkink, 1998). Dessa forma, o efeito boomerang consolida-se como um fenômeno que permite a criação de múltiplos canais de interação que ligam o doméstico ao internacional. Ao aplicar este conceito ao estudo de caso do Grupo Curumim, será possível identificar se/como as ações realizadas de forma concreta no âmbito doméstico são partes integrantes do ativismo transnacional pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Por conseguinte, de maneira complementar, será relevante a abordagem das políticas antigênero. Presente de forma recorrente em movimentações populares na Europa e na América Latina, as ofensivas antigênero configuram uma reação às conquistas nos campos de gênero e sexualidade, seja por conquistas em relação ao direito ao aborto ou pela legalidade do casamento para pessoas LGBTQIAPN+ (Prado; Corrêa, 2018). A origem destas ofensivas remonta a forte oposição da igreja católica a essas temáticas, com expressivas declarações condenatórias de representantes do Vaticano nas últimas décadas, sobretudo, a partir da popularização por padres e papas do termo “ideologia de gênero” (Prado; Corrêa, 2018).

A “ideologia de gênero” incorpora um inimigo comum que, no discurso antigênero, questiona a moralidade sexual dominante. Identificar esse inimigo é utilizado como um recurso discursivo para embasar ofensivas antigênero (Lacerda, 2024). Nesse aspecto, o que será relevante para esta pesquisa, é a incorporação destas ofensivas às políticas de Estado, uma vez que a eleição de representantes de extrema-direita, valendo-se destes recursos, promoveu a propagação de uma agenda conservadora durante o período aqui analisado. A compreensão desta dinâmica permite observar o contexto das atividades do Grupo Curumim e como a resistência da organização para promover direitos sexuais e reprodutivos diante das condições estabelecidas durante o Governo Bolsonaro demandou valer-se de dinâmicas como o efeito boomerang.

2. O debate internacional sobre população e desenvolvimento e a atuação de organizações feministas

Neste capítulo pretende-se abordar o desenvolvimento do debate internacional sobre população e desenvolvimento, eixo ao qual estão inseridas as disputas sobre o campo de direitos sexuais e reprodutivos. O capítulo subdivide-se em três seções, as quais tratam: na primeira seção, sobre as conferências que antecedem a revolução paradigmática proporcionada na CIPD 1994 para efeitos de comparação; na segunda seção será abordada a Conferência do Cairo 1994, e a atuação do feminismo transnacional no encontro; e ao final do capítulo, será tratado sobre o desenvolvimento do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos após-Cairo, de modo a compreender os desafios atuais enfrentados no campo.

2.1 Precedentes para a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos à CIPD 1994: abordagens economicistas

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) de 1994, também conhecida como Conferência do Cairo, fez parte de um conjunto de conferências idealizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma maneira de fortalecer o multilateralismo nos anos 1990 (Lindgren-Alves, 2018). O fim da Guerra Fria e o engajamento cada vez maior das sociedades civis no âmbito internacional impulsionou uma “agenda social” internacional, e temáticas que antes estavam cercadas pelas fronteiras dos Estados, passaram a ganhar contornos globais, estabelecendo referências para a realização de conferências temáticas até os dias atuais (Lindgren-Alves, 2018). O debate populacional de 1994 foi promovido por meio de pequenos avanços ocorridos na Conferência de Bucareste (1974) e na Conferência do México (1984). Essa seção abordar essas conferências com enfoque na dinâmica populacional economicista, é uma contextualização relevante para demonstrar a discrepância dos discursos internacionais anteriores e após à revolução paradigmática da Cairo 1994.

A Conferência de Bucareste (1974) foi a primeira conferência intergovernamental a tratar sobre questões populacionais embora outras conferências técnico-científicas tenham sido realizadas anteriormente, em 1954 e 1965 (Finkle; McIntosh, 2002). Essa conferência estabeleceu a conexão entre os conceitos de população e desenvolvimento. O crescimento populacional foi um fator relevante para impulsionar a correlação entre desenvolvimento econômico, pobreza e as taxas de natalidade e expectativa de vida. Nesse âmbito, o cenário

em 1974 refletia a preocupação com a pressão do crescimento populacional sobre os recursos dos Estados. Em “Limits of Growth” (Meadows *et al.*, 1972), destaca-se que:

Se as tendências atuais de crescimento populacional mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos continuarem inalteradas, os limites do crescimento neste planeta serão atingidos em algum momento nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio repentino e incontrolável tanto da população quanto da capacidade industrial. (Meadows *et al.*, 1972, p. 23)

Diante desse cenário, a conferência teve sua dinâmica baseada nas disputas políticas em torno dos países “controlistas” e dos países “natalistas” (Lindgren-Alves, 2018). Os primeiros defendiam a intervenção estatal sobre as taxas de crescimento populacional dos países, sobretudo, valendo-se do discurso sobre o crescimento populacional dos países do “Terceiro Mundo” ser impeditivo ao desenvolvimento (Alves; Corrêa, 2003). Em contrapartida, os “natalistas” possuem uma visão positiva da relação entre o crescimento populacional, a disponibilidade de força de trabalho e a sustentabilidade econômica. Dessa forma, o Plano de Ação da População Mundial, documento final da conferência, teve como resultados um enfoque demográfico e demonstrou poucos avanços no tocante ao planejamento familiar e reforçou o ideal soberano, no qual os países poderiam definir suas políticas populacionais de acordo com seus interesses soberanos em detrimento da autonomia das pessoas sobre seus corpos. Assim, a primeira conferência intergovernamental sobre população estabeleceu precedentes para o reconhecimento da natalidade e da mortalidade humana como aspectos constitutivos da política econômica dos países.

Dez anos após as deliberações de Bucareste, a Conferência do México (1984) teve importante influência para a construção do debate populacional. Neste encontro a participação de 147 países, focou em revisar o Plano de Ação da População Mundial implementado anteriormente, sobretudo, as políticas de apoio ao planejamento familiar adotadas pelas partes (Lindgren-Alves, 2018). Neste aspecto, a delegação chinesa havia ganhado a atenção do cenário internacional com a implementação da Política do Filho Único. Estabelecida em 1979, poucos anos antes da conferência, estabeleceu a aplicação de penalidades para casais que tivessem mais de um filho, sendo um dos mecanismos mais rígidos de política populacional já adotado por um Estado nacional (UNFPA, 2019).

O país demonstrou sua preocupação com os problemas do crescimento populacional chinês e buscou movimentar a conferência por soluções efetivas para o problema. No entanto, suas ações focaram em metas demográficas e na aplicação de medidas contraceptivas

coercitivas (Giffin; Costa, 1999), e não na promoção do planejamento familiar autônomo. Nesse percurso, a conferência do México foi importante por iniciar os debates sobre o acesso à contracepção ser um direito humano e a importância da inclusão da igualdade de gênero na dinâmica populacional para incorporar políticas populacionais efetivas. A conferência teve como um dos avanços conquistados que:

Várias delegações observaram que centenas de milhões de pessoas não tinham acesso a métodos contraceptivos seguros. Enfatizaram a necessidade de aumentar o acesso e a aceitação do planejamento familiar para homens e mulheres, incluindo jovens, a fim de garantir o direito de todos os casais e indivíduos à informação, educação e meios para decidir sobre o número e o espaçamento entre seus filhos. Nesse sentido, enfatizaram que o planejamento familiar não deve ser abordado de forma isolada, mas sim integrado aos cuidados primários de saúde e aos programas de saúde materno-infantil. (ONU, 1984)

Esses avanços, apesar de mínimos, foram essenciais para construir um terreno fértil para a revolução paradigmática da Conferência do Cairo. Nesse sentido, compreende-se que as questões de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos já estavam presentes nas discussões das conferências anteriores, mas apenas alcançaram centralidade e maior reconhecimento em 1994. Ao longo da monografia espera-se demonstrar o papel central da participação da sociedade civil para que isso ocorresse.

2.2 A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 e a atuação do feminismo transnacional

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 reuniu mais de 20.000 participantes, contando com as delegações governamentais de 176 países, agências internacionais, representantes da mídia e agentes da sociedade civil, cuja participação seria essencial para propor transformações no funcionamento da dinâmica populacional (Lindgren-Alves, 2018). A preocupação com as consequências da pressão demográfica sobre os recursos mundiais, permanecia uma constante para a conferência realizada nos anos 90. Na época a população mundial era de cerca de 5,6 bilhões de pessoas e apresentava uma taxa mundial de fecundidade de cerca de três nascimentos por mulher (UNFPA, 2019). Dessa forma, a cooperação internacional buscava não apenas discutir problemas e soluções pautados em um desenvolvimento sustentável, herança da Eco-92, mas também descentralizar o debate populacional para garantir que ações eficazes alcançassem as pessoas e fosse possível atingir os objetivos da conferência (Chen, 1996). As metas a serem atingidas pela conferência variam desde o acesso à educação, especialmente para meninas, acesso à serviços ligados à saúde

sexual e reprodutiva e a redução da mortalidade materna e infantil, até questões como o envelhecimento populacional e a juventude (UNFPA, 1994).

Segundo Lindgren-Alves (2018), o compartilhamento de responsabilidades para toda a comunidade internacional seria o “espírito” da CIPD 94. Diferente de suas antecessoras, o Programa de Ação constituído no Cairo, reconhecia agentes não governamentais como partes integrantes do processo de implementação da agenda de desenvolvimento demográfico. Estabelecido no “Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: Plataforma de Cairo” (1994) que:

O presente Programa de Ação reconhece que só os governos não terão condições de alcançar, nos próximos 20 anos, as metas e objetivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Todos os membros e grupos da sociedade têm o direito e, na verdade, a responsabilidade de desempenhar um papel ativo nos esforços para se alcançar esses objetivos. (UNFPA, 1994, p. 41)

A integração de atores civis na agenda populacional esteve associada, sobretudo, pela participação de organizações feministas que estabeleceram relevante influência no debate e obtiveram resultados concretos expressos no documento final da CIPD (Chen, 1996). O movimento feminista transnacional passava por um momento decisivo do seu ativismo, em especial, nas conferências organizadas dentro do âmbito da ONU. Segundo Friedman (2003), a agenda social da ONU teria passado por um processo de gendramento, que foi resultado direto das mobilizações pelo direito das mulheres e pela abertura promovida pela Década das Nações Unidas para as Mulheres, compreendido entre o período de 1976 a 1985.

A inclusão da igualdade de gênero nas pautas das Nações Unidas apresenta novas possibilidades de reivindicação para o movimento feminista transnacional. As OSCs feministas precisaram conciliar cisões internas ao movimento para encontrar aspectos e estratégias comuns, e dessa forma, impulsionar a formação de uma agenda preocupada com a condição das mulheres no cenário internacional (Friedman, 2003). Uma das contradições presentes no movimento expressava-se pelas diferenças na abordagem das organizações feministas do Norte e Sul global. As organizações do Norte global tinham como objetivo principal a redução da discriminação, pensando no tratamento desigual e subordinado designado às mulheres. Em contrapartida, as organizações do Sul propunham que a desigualdade entre as nações e as formas de dependência econômica do centro global eram aspectos elementares da opressão sofrida pelas mulheres (Friedman, 2003). Nesse aspecto, em *“As aventuras do movimento feminista: no caminho para o Cairo”*, Corrêa (Corrêa *et al.*, 1994, p. 154) aborda que “O pano de fundo frequentemente inexplicito destas controvérsias

exige de nós o esforço de olhar para dentro do próprio movimento de modo a desatar os nós que estão entorpecendo e adentrando um diálogo e uma ação mais fluídos”, ou seja, as autoras refletem que para promover os interesses feministas na CIPD 94, seria necessário o estabelecimento de um terreno comum de atuação.

Essa mudança no posicionamento dos movimentos feministas em diversas partes do globo não aconteceu de maneira repentina e foi necessária uma interação contínua que culminou em resultados positivos em 1994. Em “*Activists beyond borders*”, as autoras Margaret E. Keck e Kathryn Sikkink (1998), destacam que o constante contato criou redes feministas que aproximaram mulheres das pautas internacionais e à participação em conferências, exaltando que: “Esses encontros presenciais geram confiança, compartilhamento de informações e descoberta de preocupações comuns que impulsionam a formação de redes.” (Keck; Sikkink, 1998, p. 185). Dessa forma, foi formada uma aliança entre as organizações feministas para fortalecer reivindicações na CIPD 94 e promover uma agenda pautada nos direitos sexuais e reprodutivos.

Durante a Conferência do Cairo, o movimento teve como representantes coalizões e organizações nacionais e internacionais, tais como *Women’s Environment and Development Organization* (WEDO), *International Women’s Health Coalition* (IWHC), *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN) e *Latin American and Caribbean Women’s Health Network* (LACWHN). Em destaque, as organizações e redes feministas latino americanas, foram responsáveis por popularizar o trabalho colaborativo em rede e gerar interconexões entre o cenário nacional e internacional. As autoras, Keck e Sikkink (1998), apontam que essa dinâmica é estabelecida a partir do contato direto entre as organizações presentes em eventos internacionais e os correspondentes “*grassroot groups*” em seus países de origem. Essas organizações estabelecem conexões entre comunidades de meninas e mulheres que têm seus interesses individuais impactados por debates internacionais e a arena internacional.

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), criou um comitê nacional e organizou um processo democrático de consulta popular a partir do “Encontro Nacional Mulher e População: nossos direitos para Cairo 94”. O encontro contou com representantes em todas as esferas do poder público, agências internacionais, universidades e organizações da sociedade civil, incluindo o Grupo Curumim, organização objeto de estudo deste trabalho. O documento final do encontro denominado “Carta de Brasília” (Encontro Nacional Mulher e População, 1993), expôs as reivindicações da sociedade brasileira para a conferência de população e desenvolvimento e fortalece as exposições feministas de alinhamento aos direitos

humanos e igualdade de gênero. Dessa forma, os movimentos feministas brasileiros foram integrantes do processo de difusão de preceitos estabelecidos entre grupos nacionais para serem considerados no meio internacional.

Esse processo de conexão doméstico-internacional configurou-se como uma das estratégias estabelecidas pelo movimento feminista transnacional, de modo que pudesse influenciar nas resoluções aprovadas pelos Estados. Nesse aspecto, o envolvimento das organizações da sociedade civil viabilizaram o estabelecimento de um consenso centrado no bem-estar das mulheres, e simultaneamente, também fornecia legitimidade para as ações tomadas pelos Estados, como pontua Chen (1996):

Esse envolvimento, juntamente com a consulta governamental a grupos de mulheres em muitos países e na ONU por meio do processo da CIPD, confere ao Programa de Ação do Cairo uma legitimidade e uma base política de apoio que políticas e programas governamentais anteriores nunca tiveram. (Chen, 1996, p. 149, tradução livre)

Vale ressaltar que a adoção do Programa de Ação do Cairo pelos países signatários é de ordem de um compromisso moral, não vinculatório e sem “força” jurídica estabelecida (Arilha; Berquó, 2009), de modo que o fortalecimento das OSCs no espaço político do Cairo, foram essenciais para promover uma pressão conjunta pela obediência às metas estabelecidas no programa.

As estratégias adotadas pelas representantes da sociedade civil foram variadas, estabelecendo-se a partir da pressão sobre delegações governamentais, a preparação de *policy papers*, a produção de suas próprias resoluções, protocolos, tratados e convenções, que espelhavam opções “melhoradas” das decisões estatais e o estabelecimento de deliberações oficiais com data, horário e local (Chen, 1996). Nessas reuniões, o grupo de feministas presentes no Cairo, elaboraram estratégias de lobbying e fortaleceram o estabelecimento de coalizões e consensos. Nesse aspecto, o movimento articulou-se de tal maneira que o resultado dessa articulação seria pleiteado no documento final da conferência, e o movimento feminista transnacional aprenderiam a se tornar lobistas com interesses estabelecidos (Chen, 1996).

As ações empregadas pela sociedade civil durante o processo de confecção do Programa de Ação também foram elementares para formar uma frente de resistência aos discursos religiosos e conservadores presentes na Conferência, sobretudo, no capítulo 7 que aborda o direito ao aborto. Durante a CIPD 94, o Vaticano, alguns Estados mulçumanos e latino-americanos católicos, foram os principais opositores à agenda dos direitos reprodutivos,

e partilhavam suas perspectivas sobre o papel subordinado da mulher como reprodutora (Costa, 2003). Sendo assim, o movimento feminista transnacional teve a responsabilidade de não apenas incluir esses direitos na agenda, mas também de confrontar o discurso conservador desses países. Em “Solidariedade e Soberania nos discursos sobre “mulher” nas Conferências do Cairo e de Beijing”, Costa (2003) aborda que:

Os direitos reprodutivos garantem à mulher o direito à disposição total sobre seu corpo e sexualidade. Tal visão, defendida e sustentada pelas organizações não governamentais das mulheres, despertou um contra-discurso particularista, centrado numa noção estática de especificidade cultural e religiosa. (Costa, 2003, p. 86)

A articulação do contra-discurso deste países remonta desde as reuniões preparatórias da conferência, lideradas em específico pelo Vaticano, que reivindicava valores morais para impor obstáculos à assinatura do documento. Assim, as oposições ao Programa de Ação estabeleceram uma série de ressalvas e aderências parciais para que o documento final da conferência fosse aprovado (Lacerda, 2024). Dessa forma, o trabalho do movimento feminista nesse cenário foi encontrar caminhos para que os pontos relativos a direitos sexuais e reprodutivos fossem mantidos sem muitos prejuízos, uma vez que setores conservadores também se articularam durante os processos de negociação (Dejong, 2000).

Em suma, as mobilizações do feminismo transnacional para incluir os direitos sexuais e reprodutivos ao debate populacional foram essenciais para viabilizar consensos e promover resistências a movimentos conservadores. Muitas vezes, durante a CIPD, o movimento feminista aproximou agendas locais e internacionais por meio de redes de interação, consolidando organizações da sociedade civil como agentes sociais e políticos influentes. Assim, a CIPD 1994, consolidou-se como um momento de referência tanto para as reivindicações do movimento feminista como para os avanços do campo nos direitos sexuais e reprodutivos.

2.3 Pós-Cairo 1994: os resultados do Programa de Ação e o cenário dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil

Em 1994, foi definido durante a CIPD que o prazo para alcançar as metas estabelecidas perduraria até 2014, ou seja, 20 anos após a assinatura do Programa de Ação. Dessa forma, as próximas conferências, assembleias, sessões e reuniões preparatórias, buscaram reafirmar os compromissos assumidos e realizar o acompanhamento das iniciativas adotadas pelos Estados, organizações internacionais e grupos da sociedade civil.

As conferências de revisão, denominadas Cairo +5, Cairo +10 e a Cairo +15 foram realizadas com a intenção de proporcionar diálogos internacionais e regionais sobre etapas técnicas e políticas. Tendo em foco a realização desse trabalho, destaca-se a realização da Cairo +10, marcada pelas tensões conservadoras nos Estados Unidos e a resistência da Santa Sé, que induziram a realização do evento apenas nos planos regionais (Arihã; Berquó, 2009). A administração dos Estados Unidos em 2001, havia reatualizado a Lei da Mordaça, a qual limitou a destinação de recursos para ONGs de outros países que realizassem atividades relacionadas ao aborto, bem como para a UNFPA. Esse contexto revelou-se uma preocupação para a organização dos movimentos das mulheres mas também para o redimensionamento da Cairo+10, realizada em 2004 (Corrêa, 2004).

Dessa forma, na sessão regional da América Latina e Caribe houve a tentativa dos Estados Unidos de influenciar os debates para que o Programa de Ação de 1994 não fosse reafirmado. Nessa dinâmica, a estratégia adotada pelos outros países e o movimento feminista nos encontros de Santiago e San Juan, foi de isolar a delegação norte-americana para manter os princípios adotados no Cairo. Essa ação demonstra a relevância da presença da sociedade civil no diálogo internacional sobre direitos sexuais e reprodutivos, não apenas exercendo pressão sobre os Estados mas compondo uma frente de resistência a ações conservadoras. Nesse aspecto, Sônia Corrêa (2004), destaca:

Ou seja, há paradoxos e contradições relevantes na condução diplomática em relação à agenda do Cairo. De um lado, eles só podem ser identificados por que as redes da sociedade civil engajadas com a CIPD têm monitorado, sistematicamente, as várias arenas de negociação e produzido análises articuladas sobre o que se passa em todas elas. (Corrêa, 2004, p. 46)

Outro aspecto relevante dessas reuniões e conferências é a incorporação de princípios, metas e objetivos à agenda global em curso. Nos anos 2000, foram incorporados aos Objetivos do Milênio (ODM), o objetivo de melhorar a saúde materna. No entanto, o ODM 5 pouco contemplava as necessidades da saúde sexual e reprodutiva, colocando o campo mais uma vez em disputa. Neste aspecto, as ativistas sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com sucesso, conseguiram incluir posteriormente aspectos ligados ao acesso universal à saúde sexual e reprodutiva no ODM 5. Em 2014, o cenário mundial sobre saúde sexual e reprodutiva apresentou resultados significativos comparados à 20 anos antes, segundo o Report Anual de 2014, *“A year of Renewal”*:

Os avanços desde 1994 são impressionantes: menos mulheres estão morrendo durante a gravidez e o parto. A mortalidade materna em todo o mundo caiu quase

pela metade entre 1990 e 2010. Mais mulheres têm acesso à educação, trabalho e participação política. E mais crianças, especialmente meninas, estão indo à escola, com taxas de matrícula no ensino fundamental aproximando-se de 90%. Mas esse progresso não conta toda a história. A revisão revelou em detalhes nítidas desigualdades e discriminação persistentes que ameaçam inviabilizar o desenvolvimento. Em muitos países, o progresso tem se limitado aos ricos, com um número enorme de pessoas sendo excluídas do processo e dos benefícios do desenvolvimento. (UNFPA, 2014, p. 3, tradução livre)

Dessa forma, o relatório de 2014 deu destaque para os avanços conquistados desde 1994, no entanto, ainda havia muitos desafios a serem superados, assim, a visão da CIPD mantinha-se tão relevante em 2014 quanto em 1994. Por isso, em 2015, com a reformulação dos ODMs para se tornarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o reconhecimento explícito da saúde sexual e reprodutiva como essenciais para o desenvolvimento e empoderamento das mulheres foi um dos aspectos integrados à Agenda 2030 (UNFPA, 2019). Os crescentes desafios globais foram dissecados em 17 ODS, ao qual os pontos elementares da CIPD 1994 foram incorporados às ODS 3 e 5, ligados respectivamente à Saúde e Bem-Estar e Igualdade de Gênero (UNFPA, 2019).

Neste período, o Brasil foi um dos 193 países-membros que adotaram a Agenda 2030. No entanto, em contradição aos compromissos assumidos no cenário internacional, a sociedade brasileira vivenciava uma intensificação dos ataques à “ideologia de gênero” como dispositivo das ofensivas antigênero, sobretudo, em movimentos como a “Escola Sem Partido” (Conectas, 2020). O debate em torno da inclusão da igualdade de gênero e diversidade sexual no Plano Nacional de Educação 2014-2024, rendeu uma onda de ataques sistemáticos por parte de grupos cristãos e evangélicos, principais grupos mobilizadores desse tipo de campanha (Borba, 2023).

Diante disso, a “ideologia de gênero” ganhou força nas eleições de 2018, a partir de sua instrumentalização pelo candidato Jair Bolsonaro, com recursos discursivos que induziram o pânico moral tais como o “kit gay” e a “mamadeira de piroca”. Com o início do mandato de Bolsonaro como presidente, a rejeição ao gênero é incorporada às políticas de Estado, inclusive à política externa brasileira (Corrêa; Kalil, 2021). As políticas antigênero foram trabalhadas a partir de 3 principais eixos: a presidência, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério das Relações Exteriores. Apesar da presidência na figura de Bolsonaro ter promovido ataques diretos às conquistas das mulheres e da a população LGBTQIAPN+, as ações dos Ministérios foram analisadas pelo relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social” (2021) e serão relevantes para o estudo de caso tratado no capítulo 3.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob a égide de Damarens Alves, foi responsável por uma série de modificações em terminologias relacionadas à violência de grupos minorizados. Nesse âmbito, o relatório destaca que:

Em 2020, iniciou-se um processo para que as linhas diretas do Ministério, estabelecidas em 2000 e 2005 para receber as reclamações e denúncias sobre violações de direitos humanos (disque 100) e violações dos direitos das mulheres (disque 180), sejam fundidas em um único número (Disque DH). Nesse processo, a semântica das definições que enquadram e organizam a recepção, codificação e resposta às denúncias recebidas foram substancialmente alteradas. (ABIA *et al.*, 2021, p. 25)

Essas alterações foram responsáveis pela incompatibilidade de dados coletados em denúncias, de modo que impossibilitasse comparações com denúncias realizadas antes e após 2020.

Em complementaridade, o Ministério das Relações Exteriores assumiu posicionamentos contraditórios em relação à gênero, definindo que: “para estes fins, gênero é sinônimo de sexo e sexo é definido biologicamente como homem e mulher” (BBC, 2019). Essa redefinição do termo, seria reafirmada em uma série de eventos internacionais, contudo, a adesão do Brasil à assinatura do Consenso de Genebra (2020) foi uma das ofensivas antigênero mais contundentes da política externa brasileira (SPW, 2019). A Declaração do Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família foi composta por 32 países que formavam uma aliança antiaborto e contra os direitos sexuais e reprodutivos (Lacerda, 2024). Aliado a esta ação, no ano anterior o governo Bolsonaro já havia declarado na Cúpula de Nairóbi CIPD 25 o abandono dos compromissos assumidos em 1994, dessa forma, a assinatura do consenso serviu como uma formalização desta política (SPW, 2019).

O cenário brasileiro sobre os direitos sexuais e reprodutivos é um exemplo sobre a constante necessidade de reafirmação dos princípios definidos na CIPD 1994, seja no âmbito das ODS ou nas assembleias e cúpulas de revisão. Somado a isso, todas essas ações de cunho conservador, geraram reações na sociedade civil. Em específico, o Grupo Curumim apresentará ações de resposta às políticas antigênero e ao cenário conservador mundial, e estes aspectos serão aprofundados a seguir no capítulo 3.

3. Estudo de Caso do Grupo Curumim

Este capítulo foi desenvolvido a partir da entrevista com Elisa Aníbal, integrante da equipe do Grupo Curumim. Seu objetivo é analisar as atividades da organização, articulando-as com os conceitos apresentados no 1º capítulo e a dinâmica internacional discutida no 2º. Esta análise será organizada em quatro seções: a primeira, faz uma introdução sobre a história, atividades e desenvolvimento do Grupo Curumim; a segunda discute as ações locais realizadas com o apoio da UNFPA e como elas integram a dinâmica internacional; a terceira seção aborda os desafios do GC para manter suas atividades, e simultaneamente, mantém o ativismo internacional; por fim, a quarta seção examina como a dificuldade nas comunicações com o Estado impactaram a organização.

3.1 História do Grupo Curumim e participação nas “Trilhas de Cairo”

O Grupo Curumim - Gestação e Parto é uma organização da sociedade civil feminista e antiracista fundada em 1989, com o propósito de estabelecer ações de proteção à saúde da mulher e pessoas que gestam, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. A organização visa o fortalecimento da cidadania das mulheres a partir da promoção de direitos humanos, educação em todos os níveis, a igualdade étnico-racial e a democracia (Curumim, 2025). O grupo nasceu no final dos anos 1980, no contexto de redemocratização do país, contexto marcado sobretudo pela reorganização dos grupos feministas nacionais.

O lobby do batom foi um dos grupos representativos para o impulsionamento de uma pauta feminista dentro da Assembleia Constituinte. Formado por deputadas, feministas e ativistas do movimento das mulheres, o movimento formou lideranças de diversas origens para pressionar pela presença das mulheres no debate público (Torres; Carlos, 2020). Desse modo, nota-se que havia uma movimentação para que os direitos das mulheres fossem devidamente contemplados nas Constituição Federal de 1988. O fortalecimento dessas articulações daria origem a organizações feministas focadas em fortalecer os direitos recém-conquistados (Torres; Carlos, 2020).

Diante disso, o Grupo Curumim surgiu das experiências vivenciadas pelas parceiras Sueli Freitas e Sarah Bradley, e da terapeuta holística Djanira Ribeiro, com o parto e a maternidade (Curumim, 2025). Somadas às experiências pessoais das fundadoras, o cenário nacional e a efervescência política dos grupos feministas postulavam um questionamento: “Como é que a gente promove cidadania? Como é que a gente promove cidadania a partir

desse lugar de saúde e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos?” (Aníbal, 2025, 04min 29s). Ao longo dos seus 36 anos, esta seria a pergunta que motivaria as mobilizações do grupo.

Desde sua fundação, o grupo trabalha com eixos e programas de ação que promovem estratégias de luta pela qualidade de vida de meninas e mulheres. Nos eixos de atuação, são definidos o enfrentamento das desigualdades de gênero e classe; enfrentamento ao racismo, direto à saúde integral e equânime; direitos sexuais e direitos reprodutivos; direitos à educação; democratização da comunicação; geração de renda e empoderamento das mulheres e fortalecimento dos feminismos (Curumim, 2025). Estes eixos de atuação são distribuídos entre três pilares: formação, comunicação, advocacy e incidência política (Curumim, 2025). Desse modo, compreende-se que as temáticas e atividades do grupo, fortalecem um trabalho direcionado para a promoção da cidadania integrada com os aspectos ligados à saúde integral da mulher.

Ao tratar sobre as atividades do GC, é relevante ressaltar o reconhecimento pelas atividades exercidas nos eixos de atuação do grupo. Segundo o site oficial do Grupo (2025), a organização tornou-se referência no Brasil em relação à humanização da assistência obstétrica, além de obter o reconhecimento da UNFPA, que a descreve como especialista na área de saúde sexual e reprodutiva. O trabalho do Grupo Curumim tem relevância e visibilidade, contando com a parceria de redes integradas de organizações feministas nacionais e internacionais.

No Brasil, a colaboração com outras organizações é elementar para impulsionar campanhas e realizar pressões sobre o Estado. A Rede Feminista de Saúde, a Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero, e a Odara, são alguns exemplos que atuam em colaboração para o alcance nacional de campanhas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva.

A nível internacional, o Grupo Curumim também conta com colaborações em rede, como a International Women's Health Coalition (IWHC). Essas colaborações em alguns casos conferem apoio para ações específicas e direcionadas. No caso da IWHC, a coalizão atuou em conjunto para iniciativas direcionadas para o combate à epidemia de zika vírus. Em outros casos, o apoio internacional também ocorreu por meio de suporte financeiro como por exemplo com a Fós Feminista e o Malala Fund, que também acompanharam o trabalho da organização. Neste âmbito, a colaboração internacional não foi apenas com organizações da sociedade civil, mas também com o apoio de organizações internacionais relevantes para o trabalho do grupo. Assim, em atividades passadas já foram realizadas ações com UNICEF,

ACNUR, e ONU Mulheres, no entanto, a relação mais relevante para esta pesquisa acontece a partir do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Segundo a entrevistada, a relação entre as duas organizações remonta desde a CIPD 1994, na qual a OSC esteve inserida nos processos de inserção dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda internacional de população, assim como no ativismo pelo direito das mulheres na Conferência de Beijing (1995). Estas participações foram relevantes para o diálogo constante da OSC com o meio internacional, principalmente a partir de organizações internacionais como a UNFPA. Contudo, é possível estabelecer um momento particularmente relevante para o fortalecimento dessa parceria.

Em 2015, o Brasil apresentava os primeiros casos do vírus zika, sobretudo na região Nordeste. Responsável pelo aparecimento de manchas vermelhas na pele, febre, dores musculares e dores de cabeça, posteriormente, foi descoberto que a doença também estava associada aos casos de microcefalia em bebês. A preocupação com a saúde materna por si só já demonstrava a importância de ações para o combate da doença, dessa forma, o poder público no âmbito federal, estadual e municipal conduziram políticas focadas no principal vetor da doença: o mosquito *aedes aegypt* (Carvalho, 2017). Ao mesmo tempo, os movimentos feministas, sobretudo o Grupo Curumim, estabeleceram ações focadas no aspecto de que a doença também era uma infecção sexualmente transmissível (IST). Nesse aspecto, a Elisa Aníbal destacou quando entrevistada:

A situação da epidemia do vírus zika na região nordeste, ao qual tivemos o apoio de UNFPA para a construção de uma campanha que também era disseminar a informação de que o vírus zika era uma IST, uma infecção sexualmente transmissível, poucas pessoas sabiam disso. Mas se você tivesse uma relação sexual com alguém que teve zika a pelo menos 6 meses e se fosse um homem até 1 ano, mesmo que você não tivesse sido contaminada pelo mosquito, pelo transmissor *aedes aegypti*, você contrairia zika e isso tinha ali uma relação com a questão da síndrome congênita do vírus zika no caso das gestações. (Aníbal, 2025, 16min 10s)

O contexto de desenvolvimento da campanha teve importante relevância a partir do momento que em fevereiro de 2016 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a epidemia do vírus zika como uma emergência pública de importância internacional (ESPII) (Carvalho, 2017). Dessa forma, para além de uma campanha focada na disseminação de informações, o Grupo Curumim esteve em uma sala de situação com a UNFPA, OMS, Ministério da Saúde e outros organismos da ONU durante três anos, contribuindo para ações de monitoramento e pressão pública. Neste sentido, apesar deste caso não estar presente dentro do escopo do edital “Nas Trilhas de Cairo” demonstra-se de extrema importância para a proximidade entre o Grupo Curumim e a UNFPA.

A UNFPA se autodefine como a agência das Nações Unidas para saúde sexual e reprodutiva e também estabelece sua estratégia como “única” no Sistema ONU, para tratar sobre questões populacionais (UNFPA, 2024). O estabelecimento de parcerias com instituições acadêmicas, setor privado, mas sobretudo com a sociedade civil é um dos pilares para o processo de cooperação da agência no Brasil. Tendo em vista este processo, o edital “Nas Trilhas de Cairo” fez parte de uma estratégia de suporte para organizações da sociedade civil a partir de repasses financeiros institucionais e apoio em iniciativas que se alinham ao mandato da UNFPA no país e aos princípios acordados no Programa de Ação do Cairo (UNFPA, 2020a).

Na primeira edição do edital foi aprovado um aporte total de R\$784 mil, que foram destinados para 14 organizações em quantidade individuais de até R\$54 mil. Em 2021, a segunda edição do edital teve um aporte de R\$500 mil que foram repartidos entre 12 organizações. Em ambas as edições, o Grupo Curumim foi selecionado para receber os repasses.

Como mencionado anteriormente, com o propósito de responder como essa OSC realizou trabalhos voltados para saúde sexual e reprodutiva a partir das condições do edital e corroborou para o debate populacional internacional, foi realizada uma entrevista com a Elisa Aníbal, formada em Direito e assessora do Grupo que atua na parte de Advisor, Advocacy internacional, regional e nacional, a integrante do Grupo Curumim forneceu as informações necessárias para a condução da pesquisa.

3.2 Conexões Internacionais e Ações Locais

A OSC pernambucana tem programas voltados para uma série de aspectos relacionados aos seus eixos de atuação. Durante a entrevista com Elisa Aníbal, foram destacadas ações com populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc.), as campanhas pela legalização do aborto, a produção de boletins de boas práticas para ginecologia e obstetrícia, o trabalho com parteiras tradicionais, entre outras iniciativas. Suas ações são muitas, e poderiam ser consideradas para diversos projetos de pesquisa. Contudo, nesta seção serão abordadas ações específicas que retomam o trabalho realizado pelo Grupo Curumim no período entre 2020 e 2022 no âmbito do edital “Nas Trilhas de Cairo”. Para compreender as dinâmicas entre o cenário doméstico e o internacional, serão abordadas as iniciativas da campanha “#Não era carinho”, as atividades do núcleo de apoio para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e a ação da Linha VERA.

O “Nas Trilhas de Cairo” oferece apoio institucional às organizações selecionadas, ou seja, os repasses não são designados para um projeto ou ação específicas da organização - esta decide o seu uso. Este aspecto consta nas orientações do edital de 2021, as quais destacam a relevância de um fortalecimento institucional das OSCs parceiras para fomentar o alcance dos objetivos internacionais:

À luz desse contexto, e desses marcos internacionais, o UNFPA reconhece e trabalha por meio de parcerias, sob a premissa de que o atingimento da plena implementação do Programa de Ação do Cairo requer a participação ativa de múltiplos atores. E de encontro a este compromisso, o UNFPA torna público o II Edital Nas Trilhas de Cairo, visando o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil, como atores fundamentais para o cumprimento dos direitos consolidados na agenda da CIPD, fundamentais para o pleno alcance do desenvolvimento inclusivo e sustentável. (UNFPA, 2021, p. 4)

Nesse sentido, há o reconhecimento dos agentes locais como atores significativos para alcançar metas desenhadas no plano internacional. Assim, a natureza do edital para suporte financeiro institucional confere uma vantagem estratégica para as organizações, uma vez que podem alocar os recursos de acordo com as necessidades estipuladas no período, de modo a investir na sustentabilidade da organização, mas também designar recursos considerando as necessidades locais. No caso do Grupo Curumim, o valor repassado contribui com uma série de atividades da OSC, que serão trabalhadas nessa seção em diálogo com o referencial teórico-conceitual estabelecido. A primeira atividade a ser desenvolvida foi a campanha “#Não era carinho”.

A campanha realizada no período entre 2020-2022, com o apoio do edital, se desenvolveu diante da pandemia do COVID-19, a qual representou novos desafios para o alcance dos direitos sexuais e reprodutivos para crianças e adolescentes. Nesse aspecto, o Grupo Curumim trouxe à tona uma problemática envolvendo o isolamento social condicionado pela pandemia: a situação de risco para crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual precisarem cumprir o isolamento junto com seus abusadores. Segundo Elisa:

Na época, em 2020, a gente não tinha números concretos desse aumento mas a gente já denunciava que 86% das violências contra crianças e adolescentes acontece dentro de casa e a maior parte das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes partem dos profissionais da educação. São eles que notam a violência sexual, então as crianças estavam dentro de casa trancadas com seus abusadores e sem ter acesso as escolas, víamos isso acontecer e a gente queria construir uma campanha para falar sobre isso então focamos nisso naquele edital. (Aníbal, 2025, 12min 27s)

Diante desse contexto, o GC realizou um grupo focal de 35 adolescentes, acompanhadas de profissionais da educação, psicólogas e especialistas em comunicação que produziram uma série de materiais informativos como vídeos, animações, spots de rádios, anuncietas, panfletos com os dizeres “Não era carinho”, com a intenção de evocar que muitos sinais de abuso só são reconhecidos posteriormente pelas vítimas. A campanha mobilizou uma série de atores da sociedade civil para dar visibilidade ao tema, além de contar com o apoio financeiro da UNFPA para a implementação da campanha. Este aspecto permite observar o trabalho do Grupo Curumim como um a OSC intermediária, ou seja, que estabelece uma conexão entre as beneficiárias da ação (as adolescentes) e um plano macro de mobilização (sociedade civil e organizações internacionais).

Ao reconhecer a classificação da organização como OSC intermediária, Thomas Carroll (1992, p. 42) ressalta que: “A literatura sobre organizações não governamentais (ONGs) geralmente enfatiza sua capacidade superior de atender populações que não são alcançadas por agências públicas.” Essa característica das organizações de apoio de base, confere um papel relevante para a organização no plano do ativismo transnacional (Carroll, 1992), uma vez que são capazes de fazer o trabalho de reconhecimento das vítimas e enquadrar suas demandas em um cenário mais amplo a partir da campanha. Este aspecto pode ser observado, a partir das responsabilidades atribuídas a OSCs pelo Programa de Ação da CIPD 1994 que destaca:

Os governos, em colaboração com organizações não-governamentais, são instados a atender às necessidades especiais dos adolescentes e criar programas para satisfazer essas necessidades. Esses programas devem incluir mecanismo de apoio à educação e à orientação do adolescente nas áreas de relações e de igualdade entre os sexos, de violência contra adolescentes, comportamento sexual responsável, prática responsável de planejamento familiar, vida familiar, saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, infecção por HIV e prevenção da AIDS. Devem ser criados programas de prevenção e tratamento de abuso sexual e de incesto e outros serviços de saúde reprodutiva. (UNFPA, 1994, p. 60)

Destacando-se a criação de programas que consideram elementos específicos da saúde sexual e reprodutiva direcionada ao público adolescente, o Grupo Curumim atua em contato direto com esse grupo beneficiário, gera dados e informações a partir do núcleo e faz comunicações estratégicas para alcançar uma ampla audiência, que irá, simultaneamente ser informada sobre os sinais de abuso sexual e também constituir um trabalho elementar dos objetivos pleiteados na seção 7.2 do Programa de Ação. A partir da literatura de Keck e Sikkink (1998), este aspecto colabora para a rede de advocacy transnacional e fomenta transformações pois:

Redes transnacionais de advocacy estão proliferando, e seu objetivo é mudar o comportamento de Estados e organizações internacionais. Atores, simultaneamente principistas e estratégicos, "enquadraram" questões para torná-las compreensíveis para públicos-alvo, atrair atenção e incentivar ações, e "encaixá-las" em espaços institucionais favoráveis. (Keck; Sikkink, 1998, p. 10)

Diante desta perspectiva, segundo Libardoni (2000), o Programa Latino-Americano de Advocacy em Direitos Sexuais e Reprodutivos define o advocacy como as atividades de incidência política - por exemplo, a campanha aqui apresentada - para promover transformações político institucionais a partir da agenda feminista. A contribuição para esta agenda pode ser observada também a partir da segunda atividade fomentada pelos recursos dos editais.

O núcleo de adolescentes atua em complementaridade às redes de advocacy das quais o Grupo Curumim faz parte, tendo em vista que o núcleo dedica-se à formação de ativismo para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Essas jovens passam por um processo formativo de 2 ou 3 anos com um currículo focado em 24 temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos e essa formação, por sua vez, não visa apenas o acesso à educação sexual para essas jovens, mas também promove debates e mobilizações para a causa, de modo à manter essas temáticas relevantes à longo prazo.

Dessa forma, a iniciativa do núcleo visa a formação de futuras gerações de ativistas pelos direitos sexuais e reprodutivos, dialogando, inclusive com um dos principais elementos da epistemologia feminista: o ativismo. Neste campo, a terceira ação promovida pelo Grupo Curumim, a Linha VERA, também integra as ações de mobilização e integração ao cenário internacional. Como mencionado anteriormente a Linha VERA constitui um canal de comunicação para informações de saúde sexual e reprodutiva, no entanto, suas ações tem origem anterior aos repasses dos editais “Nas Trilhas de Cairo”.

O que diferencia a Linha VERA dos projetos anteriormente abordados, está a necessidade do seu fortalecimento durante o período compreendido entre 2020 e 2022. No 2º capítulo do trabalho, foram abordadas as ofensivas antigênero dentro do espectro institucional do Governo Bolsonaro, com destaque para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Neste mesmo período, a entidade havia promovido uma higienização dos termos associados para realizar denúncias pelo disque 100 e disque 180, para que fossem fundidos em um único número (ABIA *et al.*, 2021).

Em decorrência disso, recursos do edital também foram direcionados para a Linha VERA, a fim de acolher denúncias que o disque denúncias do Governo Federal não

incorporava. Neste aspecto, Elisa reforça que o trabalho realizado pelo Grupo Curumim também buscava medidas legais para as denúncias:

[...] porque essas denúncias [da campanha #Não era carinho] precisavam chegar em algum lugar e a gente vivia o Governo Bolsonaro com a desmobilização tanto o disque 100 quanto do disque 180 então para quem a gente encaminha essas denúncias? Fizemos todo um trabalho com a linha VERA para acolher essas denúncias e dar seguimento, e teve todo um trabalho com a defensoria pública, com a Procuradoria da Criança e do Adolescente, com os Conselhos Tutelares, foi um processo bem ampliado. (Aníbal, 2025, 16min 10s)

Este trabalho estabelece um paralelo com o efeito boomerang, uma vez que se contrapõe à desmobilização do disque denúncia e as pautas antigênero, sobrepondo possibilidades de diálogo com o Governo Federal, o Grupo Curumim aliou-se com um parceiro internacional. Neste caso, a parceria com a UNFPA via edital, representou a possibilidade de manutenção da Linha VERA e um canal de comunicação para tratar sobre os problemas enfrentados pela organização. Deste modo, o Grupo Curumim a partir da sua expertise no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e da sua mobilização para manter os processos de denúncia ativos, também foi capaz de gerar informações cruciais para integrar a dinâmica doméstico-internacional, visto que o Governo Federal já não era capaz de fornecer dados com a mesma precisão.

Essas atividades englobam as principais ações que compõem os recursos do edital “Nas Trilhas do Cairo” e ilustram a capacidade do Grupo como uma OSC intermediária para traduzir experiências concretas no local para promover a incidência política. E nesse processo, contribui para o fortalecimento da rede internacional de ativismo feminista, mesmo diante um contexto adverso.

3.3 Desafios para manter o trabalho ativo e o advocacy internacional

Na inscrição do edital, apesar dos recursos serem fundamentalmente institucionais, eles apresentavam 3 linhas de apoio nas quais as OSCs poderiam focar o seu fortalecimento: (1) Ampliar capacidades e usos de ferramentas para melhoria da estrutura organizacional; (2) Investir no desenvolvimento/aprimoramento de competências da organização; (3) Fortalecer a comunicação estratégica (UNFPA, 2021, p. 6 e 7). O Grupo Curumim focou nos itens 1 e 3 para realizar o direcionamento dos recursos. Salienta-se, no entanto, que o GC ainda enfrentou muitos desafios nesse período. Nesta seção será compreendido como mesmo diante dos desafios e do elevado custo para a manutenção de um advocacy internacional, a organização esteve preocupada em se manter nos debates realizados no meio internacional.

Na pandemia, diante das medidas de isolamento social, o grupo precisou lidar com necessidades tecnológicas, como por exemplo, a compra de computadores para a equipe do Grupo. Segundo Elisa, até o momento da entrevista, os computadores utilizados na organização foram provenientes desse edital, demonstrando sua relevância para a sustentabilidade da organização.

Somado a isso, o núcleo de meninas, mencionado na seção anterior, também passava por desafios específicos que não estavam previstos. O perfil das meninas era constituído por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes meninas negras e de periferia e em situação de pobreza extrema. Dessa forma, muitas dificuldades foram impostas pela pandemia. Algumas meninas não tinham celular, internet ou crédito para entrar em contato com a equipe do Grupo Curumim. Assim, o Grupo se dispôs a cobrir esses gastos e prover minimamente a participação das meninas nas atividades do núcleo, e também ajudá-las no quesito educacional, para acesso a aulas escolares remotas. Esse atendimento integral só foi possível pois além do apoio da UNFPA, a organização contava com recursos de outras instituições também. Nesse quesito, Elisa aponta que:

Mas é isso, a gente vai tirando de um canto, vai tirando de outro, incorporando, a gente não tinha só o apoio de UNFPA, a gente também tinha apoio de outras organizações: IPPF e Malala Fund. Todos esses são institucionais também, a gente foi juntando pegava um dinheiro daqui e um dinheiro dali. Então a gente comprou computadores, comprou celulares, incorporamos recursos para pagamento de salário, eu acho que meu salário saía dali também. E o pagamento do processo de campanha, pagamento de produção de material, produção de contratação da equipe de comunicação e também o próprio processo do grupo focal porque a gente teve que reunir as meninas para o grupo focal, fizemos muita coisa online mas também se reuniu presencialmente e isso incluía testes de covid, compra de máscaras, carros adaptados para buscar cada menina na sua casa, com teste para os motoristas, alimentação, local, tudo isso foi por aí, veio desse recurso também. (Aníbal, 2025, 25min 05s)

Muitos desses desafios tiveram acompanhamento próximo da UNFPA que realizou reuniões mensais sobre as ações do grupo. Esses encontros eram focados em falar sobre essas dificuldades, mas também realizar adaptações e ajustes. Por exemplo, Elisa menciona na entrevista que a questão da internet das meninas não era algo que estava previsto no primeiro planejamento do edital. Assim, a realização desses encontros faz parte do que Keck e Sikkink (1998) exploram sobre o networking das redes de ativismo, momentos de interação tanto com a UNFPA, como com as outras organizações apoiadas, que fornecem acesso, influência e troca de informações.

Com relação a isso, o monitoramento das ações ao prover os elementos mencionados anteriormente, também promovem a cooperação entre as organizações da sociedade civil que

estão realizando trabalhos a nível local, de modo a colaborar para a construção das redes transnacionais de advocacy (Keck; Sikkink, 1998). A pandemia do COVID-19 como um fenômeno global necessitava de ações conjuntas para desenvolver estratégias de combate. Nesse sentido, a UNFPA integrava essa rede e servia de referência para compartilhar informações sobre as medidas adequadas e indicadas pela OMS. Na construção teórica de Keck e Sikkink (1998), compreender a emergência de redes transnacionais de ativismo, depende do entendimento sobre o contexto político ou a “estrutura de oportunidade” que possibilita a emergência de atores locais e movimentos sociais. Dessa forma, não apenas a pandemia do COVID-19 é um aspecto elementar, mas também o contexto negacionista vivido diante das posições do Governo Bolsonaro sobre a condução da pandemia.

Vale ressaltar que o Governo Bolsonaro adotou posições contrárias às recomendações internacionais, incentivando a “imunidade de rebanho”, o uso de medicamentos sem comprovação científica e atraso na compra das vacinas. Estas ações representam um empecilho para realizar comunicações sérias e ações coordenadas com o Governo Federal. Nesse aspecto, Elisa destaca:

Também era um momento que a gente fazia uma análise política, tínhamos todos os limites e eu preciso dizer isso aqui: tem limites do que os órgãos da ONU conseguem fazer, inclusive para dentro do governo era um momento que não se tinha um diálogo com o governo brasileiro, era o contrário disso, mas nós tínhamos momentos de diálogo com a UNFPA no sentido de: “Como que a OMS está pensando processos? Como que a gente traz isso [para a realidade brasileira]?” (Aníbal, 2025, 33min 10s)

O relato de Elisa identifica o bloqueio da comunicação com o Governo Federal, uma das condições para o efeito boomerang acontecer. Desse modo, a atuação local do Grupo Curumim faz a tentativa de superar esses obstáculos e buscar por aliados para pressionar o Estado brasileiro, a partir da implementação de medidas contrárias ao posicionamento que o governo incentivava à época. Esses elementos de resistência atuam nas dinâmicas de acesso, influência e troca de informações viabilizadas pelas redes de advocacy, tendo em vista que o acesso a um espaço – como as reuniões de monitoramento do edital da UNFPA – permitiam a mobilização das organizações da sociedade civil, o fortalecimento de influências e a troca de informações essenciais.

Estas informações poderiam partir tanto da UNFPA no papel de orientação para boas práticas durante a pandemia, como informações para articulação da incidência política e o ativismo das organizações. Nesse sentido, o edital pode ser reconhecido como um elemento de dupla função: ao mesmo tempo que fornece condições materiais (recursos financeiros),

também estabelece um ambiente institucional dinâmico para o desenvolvimento político. Nesse aspecto, a experiência de Elisa no monitoramento da UNFPA, destaca:

Então foi bom, foram momentos bons, era sempre bom voltar para a análise política disso, retomar projetos, pensar estratégias porque eu acho que é muito isso, são estratégias, a gente tava em um momento de litígio, a gente tava literalmente em um momento de litígio e advocacy nacional e internacional, nacional porque a gente precisava denunciar o que tava acontecendo porque a gente precisava inserir mulheres, pessoas que gestam nos grupos de prioridade para vacinação, porque a gente precisava denunciar o aumento das violências do feminicídio mas também a precarização da vida das mulheres, das meninas. [...] Eram momentos muito ricos de troca e que levaram a gente para caminhos importantes, à construção de coalizões, na construção de denúncias internacionais, eu lembro que a gente foi para a Corte Interamericana para denunciar a situação ali em 2020 sobre a situação da menina do Espírito Santo, teve muita coisa acontecendo naquele ano, foi um ano que cabia 10 anos dentro dele então acho que é basicamente isso. (Aníbal, 2025, 35min 26s)

Neste trecho da entrevista, é possível identificar que a análise política promovida pelos encontros contribuiu para uma construção coletiva da participação internacional e com frentes diversificadas. No entanto, esta realidade é uma retomada recente da participação do Grupo Curumim em cooperação com organismos internacionais, tendo em vista, o processo de desgaste na credibilidade do trabalho desses atores, relatado pela entrevistada. Para as OSCs, questiona-se as vantagens de manter parcerias voltadas ao meio internacional, assim, Elisa destaca:

[...] ele [o edital] também tem impacto transversal porque acho que foi também o momento da gente se reunir e se aproximar de organismos internacionais porque tínhamos estado na CEDAW de 2019, a de 2020 foi cancelada por conta da COVID. Mas estávamos num momento que a gente passou um período, sem estar no processo de organismo internacionais como Grupo Curumim porque foi um momento ali também que anos 2000, final dos anos 2000, 2010 pra cá, onde a gente tava vendo uma defasagem dos processos dos organismos internacionais, um esvaziamento das ações. Então começamos a avaliar: “é tão caro ir. vale a pena ir? vale a pena estar?” Porque é muito caro. Eu tô a duas semanas em Nova York, para estar a duas semanas em Nova York são 50 mil reais uma pessoa. (Aníbal, 2025, 50min 57s)

No momento da entrevista, Elisa Aníbal encontrava-se no encontro da CEDAW de 2025 e trouxe o exemplo dos custos elevados para a manutenção do diálogo internacional. Em Keck e Sikkink (1998), aborda-se como esse processo é dispendioso e reforça a pergunta: Em quais condições as redes de ativismo transnacional emergem? Quais são os gatilhos para seus surgimentos? Na construção teórica das autoras são pontuadas condições essenciais: (1) o bloqueio nos canais de comunicação com as autoridades domésticas; (2) o trabalho de empreendedores políticos que identificam vantagens no networking para impulsionar as próprias campanhas e (3) conferências e outras formas de contato internacional criam arenas

de fortalecimento de redes transnacionais. Para o caso do Grupo Curumim, já foi identificado anteriormente o bloqueio das comunicações com o Governo Federal. No trecho abaixo, Elisa reforça sobre esse momento:

Então assim, mas foi um momento onde a gente conseguiu se aproximar novamente dessa análise coletiva. Sobre nós precisarmos denunciar o governo brasileiro e não adianta só denunciar para dentro, a gente precisa denunciar para fora. E isso também parte do pressuposto dos organismos internacionais. Então foi um momento de reaproximação disso, mas também foi um momento onde a gente também conseguiu retomar essa aliança com a UNFPA para pensar população e desenvolvimento a partir de outros lugares. (Aníbal, 2025, 50min 57s)

Contudo, nesse trecho também é possível perceber aspectos ligados à terceira motivação pontuada, que trata sobre esses eventos internacionais fomentando espaços de fortalecimento do advocacy. Como abordado no capítulo anterior, a CIPD 1994 foi a principal arena na qual desenvolveu-se o debate sobre a saúde sexual e reprodutiva, e um exemplo que permite traçar paralelos com o fortalecimento do feminismo transnacional. Este aspecto pode ser observado a partir do Programa de Ação que define saúde reprodutiva, da seguinte forma:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. (Patriota, 1994, p. 62)

Esta definição centrada na autonomia individual, no planejamento familiar e na separação entre saúde reprodutiva e vida sexual, são algumas das vitórias expressas no documento final da conferência (Lacerda, 2024). Em consequência disso a participação das organizações da sociedade civil em 1994 tiveram tamanha importância que até os dias atuais, organizações como a UNFPA mantém seu trabalho atrelado às OSCs. No caso do Grupo Curumim, mesmo com períodos de distanciamento, integrar essas redes de advocacy apresentam uma vantagem para a construção de alianças e a ideia de manter vivo o “espírito” da CIPD.

3.4 “Nós não somos o Estado e não pretendemos substituir”

A partir dos desafios enfrentados pelo Grupo Curumim, o cenário em que o Estado estava inserido durante a pandemia é relevante para compreender algumas das ações tomadas pelo grupo e pelas dificuldades que encontraram no período. Como mencionado nas seções

anteriores, o bloqueio nas comunicações com o governo brasileiro representa não só um dos desafios na atuação do Grupo mas também um elemento central que motiva a reconstrução da atuação internacional do Grupo Curumim. Dessa forma, esta seção tem como objetivo abordar a posição política do GC e as suas ações desenvolvidas como resistência às medidas antigênero do Governo Bolsonaro.

Em 2022, o GC divulgou 3 boletins financiados com os recursos dos editais “Nas Trilhas de Cairo”. Esses boletins continham informações sobre a atuação da OSC, reflexões trazidas por profissionais da saúde e feministas no campo de direitos sexuais e reprodutivos, leituras sistêmicas sobre os desafios encontrados no campo e perspectivas futuras para a luta sobre a autonomia feminina (Curumim, 2022b). Apenas 2 boletins foram divulgados externamente e 1 foi destinado para a divulgação interna.

O primeiro boletim foi publicado em abril de 2022, constituindo o primeiro volume desse material. Neste primeiro trabalho, a entrevistada escreveu o texto “Cidadania plena para meninas e mulheres e a construção de uma verdadeira democracia” em que aborda-se as estratégias de luta dos movimentos feministas e organizações da sociedade civil, para a garantia de direitos humanos para mulheres. A análise de Elisa também chama a atenção para os riscos concernentes aos direitos sexuais e reprodutivos, diante da eleição do congresso mais conservador dos últimos 40 anos e o fortalecimento da “maioria moral”, constituída de grupos fundamentalistas evangélicos e da lógica intrinsecamente ligada ao neoliberalismo (Curumim, 2022a).

Neste mesmo boletim, também são abordados temas relacionados à mortalidade materna, em entrevista com Sandra Valongueiro, médica e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No material produzido por Valongueiro, chamado “Impactos da pandemia na desarticulação da rede de saúde”, destaca-se o aumento nas taxas de mortalidade materna, sobretudo, a partir da sobrecarga dos hospitais e unidades de saúde para atender os casos de COVID-19. Em sua análise, a autora pontua que: “Todo o contexto da atenção básica se somou ao imbróglio do Governo Federal em liberar e ofertar o uso da vacina.” (Curumim, 2022a, p. 7), de modo a impactar nos óbitos de gestantes e puérperas. Nesse sentido é possível destacar as ações do Governo Bolsonaro que impactaram diretamente o cenário doméstico, a partir da observação de seus posicionamentos internacionais.

Na última seção do capítulo 2, foram abordadas as políticas antigênero adotadas nos âmbitos da presidência e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Uma das ações endossadas pelo governo na época foi a assinatura do

Consenso de Genebra, ao qual expressava um claro ataque aos direitos sexuais e reprodutivos (ABIA *et al.*, 2021). Nesta perspectiva, ao assumir esta posição, o Brasil, por meio de declarações e da formação de alianças que colocavam em risco os direitos conquistados sobre no campo da saúde reprodutiva, simultaneamente se eximia da responsabilidade de assegurar condições dignas para a saúde sexual e reprodutiva. Nesse aspecto, não apenas o Estado foi ausente em promover ações de combate à COVID-19 – um risco para gestantes e puérperas – mas, ativamente adotava no hall dessas políticas como uma posição de política externa.

Diante dessas ações, o Grupo Curumim exerceu um papel de oposição aos posicionamentos adotados pelo Estado. Elisa Aníbal oferece destaque para algumas situações em que o GC teve que se colocar diante das medidas antigênero do governo:

E tem uma aliança global da extrema direita para desconstituir, desconfigurar o conceito de saúde sexual e reprodutiva. Ou seja, quando você faz isso, você desobriga os Estados membros a promoverem saúde sexual e reprodutiva. A gente viveu isso durante a pandemia, quando o Bolsonaro vinha aqui pra Nova York pra dizer que tava tudo lindo. Tava tudo maravilhoso. Quando a Damares tava, foi CEPAL, foi Chile, que a Damares foi lá dizer que o Brasil era maravilhoso que as meninas não eram violentadas, que as mulheres não sofriam feminicídio e nós sociedade civil nos levantamos e ficamos de costas para a Damares, essa é uma foto histórica. Não sei se vocês tiveram acesso a essa foto mas tá lá a Damares discursando no púlpito da CEPAL e tá toda a sociedade civil brasileira de costas pra ela. (Aníbal, 2025, 50min 57s)

Esse trecho da entrevista é relevante pois uma projeção sobre a atuação do advocacy internacional do Grupo Curumim. Keck e Sikkink (1998) abordam sobre essa estratégia, ao qual as organizações, com a intenção de promover mudanças políticas, precisam exercer pressão sobre atores mais influentes, e uma forma de realizar isso, é por meio da “mobilização por vergonha” ou *mobilization of shame*. Ao ficar de costas para o discurso da Damares na CEPAL, o Grupo Curumim e as outras organizações da sociedade civil, esperam gerar reações do meio internacional às informações trazidas no discurso da ministra, ou seja, ao colocar as ações do Estado sob um holofote, deixá-lo sob o escrutínio de outros atores internacionais, sejam Estados, organizações internacionais e outras OSCs (Keck; Sikkink, 1998). E esse momento, seria essencial para a reafirmação da atuação internacional do GC, como Elisa pontua:

Isso é uma forma de denúncia, então foi um momento da gente olhar para esses lugares e dizer “precisamos voltar, com uma nova perspectiva, um novo lugar”. Antes estávamos construindo as ações, agora acho que estamos aqui para monitorar, reivindicar e disputar. Então foi esse momento. Então assim, estivemos em CEPAL, teve em RPD [Regional Policy Dialogue], a gente teve no Forum Feminista,

estivemos em CSW, e temos essa longa história que tá aí continuando. (Aníbal, 2025, 50min 57s)

Esta retomada aos processos e a integração ao advocacy internacional também foi aliado ao reconhecimento do que os desafios impostos pelo bloqueio da aliança com o Estado, ocasionaram desafios diretos ao trabalho do Grupo Curumim. No segundo volume do Boletim, este distribuído internamente, Elisa abordou sobre a importância da realização dessas denúncias:

Na época da pandemia foi o período que a gente mais fez assistência, mas nós não substituímos o Estado, o Estado precisa atuar. É o Estado que deveria garantir alimentação. É o Estado que deveria garantir serviços de saúde, não nós. Então naquele momento a grande luta era pressionar o Estado para fazer, pressionar o Estado para ter por exemplo o auxílio emergencial. (Aníbal, 2025, 41min 25s)

Este papel de pressionar o Estado partia de um lugar de indignação pela falta de medidas para assegurar melhores condições para meninas e mulheres mas também dos efeitos transversais que a ausência do Estado promovia diretamente na organização. Cabendo destacar que a OSC ao invés de alocar recursos para promover o fortalecimento do Grupo e suas mais diversas atividades, precisou assumir ações de seguridade social, como direcionar para a compra de cestas básicas, materiais de higiene, colchonetes, entre outros artigos básicos. Neste ponto, Elisa reafirma que a organização jamais teve ou pretende ter a intenção de assumir o papel do Estado no suprimento de necessidades básicas:

[...] então assim a ausência do Estado fez com que a gente tivesse que atuar como Estado mas nós não somos e não temos recursos pra isso. Então isso nos impacta diretamente nosso trabalho. [...] neste boletim eu lembro que eu fiz essa análise também, esse ficou para o interno que foi “Nós não somos o Estado e não pretendemos substituir”, precisamos cobrar do Estado, precisamos visibilizar que é o Estado que não está fazendo. Bom, mas isso impactou de maneira transversal, transversal porque nós também fomos atingidas. A instituição é formada por pessoas e as pessoas vivem a realidade do cotidiano social, nós estávamos adoecidas, deprimidas, sobrecarregadas, com medo, a maior parte da equipe do Grupo Curumim era grupo de risco. (Aníbal, 2025, 41min 25s)

Dessa forma, o momento vivenciado internamente pelo Grupo era delicado e por si só já representava uma série de desafios para a manutenção deste trabalho. Neste ponto, é possível estabelecer que a participação do Grupo Curumim no edital “Nas Trilhas de Cairo” foi um suporte para a permanência e o impacto da organização. Nas palavras do Grupo Curumim em matéria para UNFPA, o edital foi um “acalento” para que a OSC pudesse atender suas próprias demandas, e manter ativo o seu contato com a comunidade, como mencionado nas ações da primeira seção.

Em síntese, o Grupo Curumim foi uma frente de resistência e incidência em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, em frentes ainda mais amplas do que apenas as ações específicas abordadas na primeira seção, reforçando a conexão entre direitos básicos e saúde sexual e reprodutiva. A produção dos boletins, a denúncia do governo em eventos internacionais e a mobilização para manter as ações com a comunidade em atividade, são elementos que comprovam sua inserção na rede transnacional de advocacy feminista. Nesse sentido, mesmo diante de um cenário desfavorável a organização prova-se como um ator político relevante que interage diretamente com dinâmicas locais e internacionais.

Conclusões

Reconhecendo que as redes de advocacy internacionais estabelecem canais de comunicação entre atores locais e as dinâmicas internacionais, a intenção dessa pesquisa foi identificar como um ator local, como o Grupo Curumim, interage diante desta rede de conexões em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Em síntese, os resultados encontrados revelam que por meio da sua parceria com a UNFPA, em específico a partir do edital “Nas Trilhas de Cairo”, a organização mobilizou ações concretas com meninas e mulheres em temáticas diversas, de forma a movimentar aspectos relevantes para o fortalecimento do ativismo internacional feminista.

Este fortalecimento é relevante pois como demonstrado no decorrer da pesquisa, os direitos sexuais e reprodutivos não são plenamente garantidos e encontram-se reféns de ataques por grupos conservadores. Nesta pesquisa foi possível mapear que este campo de disputa remonta desde antes da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, e que mesmo com avanços importantes para o feminismo internacional, até os dias atuais é possível identificar ataques aos direitos sexuais e reprodutivos sob a roupagem das ofensivas antigênero. Esses ataques são compreendidos na pesquisa como um dos motivadores para que o grupo reafirmasse sua atuação internacional e demonstram a relevância das ações do Grupo em prol dos direitos de mulheres.

Apesar dos evidentes resultados que demonstram a relação do Grupo Curumim entre o local e o internacional, a pesquisa ainda apresenta limitações relevantes. Como por exemplo, a mudança do desenho de pesquisa, após a conclusão da entrevista, impediu que fossem desenvolvidas perguntas direcionadas e específicas sobre a campanha “#Não era carinho”, do núcleo de adolescentes e sobre a Linha VERA, que poderiam adicionar detalhes interessantes para o desenvolvimento da pesquisa. Contudo, mesmo diante destas limitações, a entrevistada forneceu as informações primordiais para a realização de um trabalho direcionado e passível de responder a pergunta de pesquisa.

No que tange a contribuição deste trabalho para o campo das Relações Internacionais, verifica-se que mesmo diante de um estudo de caso específico, compreender atores locais como politicamente relevantes é um dos aspectos que fortalecem suas influências sobre redes transnacionais. Além disso, é interessante pontuar que para além dos editais, das ações e do ativismo internacional do Grupo Curumim, independente destes aspectos, fenômenos globais

interagiram e de alguma forma influenciaram seu comportamento, como a pandemia do COVID-19 e ascensão da extrema direita. Estes elementos contribuem para o entendimento das dinâmicas internacionais, que não se limitam apenas às ações de Estados ou de organizações que possuem operações em diversos países.

A pesquisa também apresenta potencial para o desenvolvimento de investigações futuras, seja a partir do trabalho com outras ações ou parcerias do Grupo Curumim, seja explorando outras organizações apoiadas pelo edital “Nas Trilhas de Cairo”. No que tange esta pesquisa, o entendimento da organização como ator político relevante para promover diálogos entre o cenário local e o sistema internacional é devidamente pontuado e desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- ABIA, Observatório de Políticas de Sexualidade *et al.* **OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL**: políticas de estado, legislação, mobilização social. [S.I.], 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/publicacoes/relatorio-ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/25955>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-156, jul. 2003.
- ANÍBAL, Elisa. Entrevista sobre a atuação do Grupo Curumim. [Entrevista concedida a Fabiana Montenegro Gonsalves] Online, 18 de março de 2025.
- BARBELET, Veronique. **Rethinking capacity and complementarity for a more local humanitarian action**. 2019. Elaborada por HPG Report. Disponível em: <https://odi.org/en/publications/rethinking-capacity-and-complementarity-for-a-more-local-humanitarian-action/>. Acesso em: 16 set. 2025.
- BBC. **Para 'evitar promoção do aborto', Brasil critica menção à saúde reprodutiva da mulher em documento da ONU**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47675399>. Acesso em: 16 set. 2025.
- BORBA, Rodrigo. IDEOLOGIA DE GÊNERO. In: PIMENTEL, Janine; FERRERONI, Raphael. **Termos ambíguos do debate político atual**: pequeno dicionário que você jovem não sabia que existia. Rio de Janeiro: Observatório de Sexualidade e Política (Spw), 2023. p. 26-29. Disponível em: <https://sxpolitics.org/pequeno-dicionario/>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- CARROLL, Thomas F.. **Intermediary NGOs: the supporting link in grassroots development**. Connecticut: Kumarian Press, 1992.
- CARVALHO, Layla Pedreira. Vírus Zika e direitos reprodutivos: entre as políticas transnacionais, as nacionais e as ações locais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 134-157, 30 jul. 2017. Universidade Federal da Bahia. <https://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i2.22030>.
- CHEN, Martha Alter. Engendering World Conferences: the international women's movement and the un. In: WEISS, Thomas; GORDENKER, Leon. **NGOs, the UN, and Global Governance**. Boulder: Lynne Rienner, 1996. p. 139-155.
- CONECTAS. **Entrevista**: a ofensiva antigênero como política de Estado. 2020. Disponível em: <https://conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- CORRÊA, Sônia. Cairo+10: a controvérsia que não acabou. In: CAETANO, André Junqueira; ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia (org.). **Dez anos do CAIRO**: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep, 2004. p. 41-47.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Brasil. In: CORRÊA, Sônia (ed.). **POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA**: estudos de caso - versões condensadas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - Abia, 2021. p. 70-87. Disponível em: <https://sxpolitics.org/gpal/pt/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CORRÊA, Sonia; MATAMALA, Marisa; PALOMINO, Nancy; RAMOS, Silvina. As Aventuras e o Consenso do Movimento Feminista no Caminho para o Cairo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 150, 1994. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16294>. Acesso em: 07 julho. 2025.

COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Solidariedade e Soberania nos discursos sobre “mulher” nas Conferências do Cairo e de Beijing**. 2003. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CURUMIM, Grupo. BOLETIM GRUPO CURUMIM: por todas as mulheres, por todos os direitos. Recife, v. 1, n. 1, p. 1-11, abr. 2022a.

CURUMIM, Grupo. BOLETIM GRUPO CURUMIM: por todas as mulheres, por todos os direitos. Recife, v. 3, n. 3, p. 1-12, dez. 2022b.

CURUMIM, Grupo. **Quem somos**. Disponível em: <https://grupocurumim.org.br/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DEJONG, Jocelyn. The role and limitations of the Cairo International Conference on Population and Development. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 51, n. 6, p. 941-953, set. 2000. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-9536\(00\)00073-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-9536(00)00073-3).

ENCONTRO NACIONAL MULHER E POPULAÇÃO: NOSSOS DIREITOS PARA CAIRO '94, 1993, Brasília. *Carta de Brasília: conclusão do encontro*. Brasília, 1993.

EWIG, Christina. Hijacking Global Feminism: feminists, the catholic church, and the family planning debacle in Peru. **Feminist Studies**, [S.I.], v. 32, n. 3, p. 632-659, set. 2006.

FINKLE, Jason L.; CRANE, Barbara B.. Ideology and Politics at Mexico City: the United States at the 1984 international conference on population. **Population And Development Review**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 1, mar. 1985. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1973376>.

FINKLE, Jason L.; MCINTOSH, C. Alison. United Nations Population Conferences: shaping the policy agenda for the twenty-first century. **The Global Experience**. Michigan, p. 11-23. mar. 2002.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Gendering the agenda: the impact of the transnational women's rights movement at the un conferences of the 1990s. **Women'S Studies International Forum**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 313-331, jul. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395\(03\)00077-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395(03)00077-3).

GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (org.). **Questões da Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HARDING, Sandra. A Socially Relevant Philosophy of Science?: resources from standpoint theory's controversiality. **Hypatia**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 25-47, dez. 2004.

IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**: glossário. Glossário. Disponível em: <https://mapaossc.ipea.gov.br/glossario>. Acesso em: 11 set. 2025.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LACERDA, Laís de Almeida. **DINÂMICAS TRANSNACIONAIS ANTIGÊNERO**: uma análise da declaração do consenso de genebra. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

LACERDA, Laís de Almeida. **Dinâmicas transnacionais antigênero**: uma análise da declaração do Consenso de Genebra. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 207-221, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2000000200015&script=sci_abstract. Acesso em: 09 set. 2025.

LINDGREN-ALVES, José Augusto. **A década das conferências**: 1990- 1999. Brasília: Funag, 2018.

NATIONS, United. **World Population Conference, August 19-30 1974, Bucharest, Romania**. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/population/bucharest1974>. Acesso em: 08 jun. 2025.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report Of The International Conference On Population, 1984**. Cidade do México, 1984.

OWENS, Deirdre Cooper. **Medical Bondage**: race, gender, and the origins of american gynecology. Athens: The University Of Georgia Press, 2017.

PINTO, Vânia Carvalho. **Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORRÊA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018.

RILHA, Margareth; BERQUÓ, Elza. Cairo+15: trajetórias globais e caminhos brasileiros em saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. In: ABEP; UNFPA (ed.). **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: Unfpa, 2009. p. 67-119.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda *et al.* **OTRAS FORMAS DE (DES)APRENDER:** investigación feminista en tiempos de violencia, resistencias y decolonialidad. [S.I.]: Hegoa, 2019.

SPW, Observatório de Sexualidade e Política - **Cúpula CIPD 25:** o governo brasileiro uma vez mais repudia a definição de direitos sexuais e reprodutivos. 2019. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/artigos/cupula-cipd-25-o-governo-brasileiro-uma-vez-mais-repudia-a-definicao-de-direitos-sexuais-e-reprodutivos/22806>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TORRES, Ana Carolina Tavares; CARLOS, Paula Pinhal de. Lobby do batom e constituição de 1988. In: IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; GROSS, Jacson (org.). **Diversidade Cultural, Inclusão Social e Direitos Humanos:** inquietações eternamente contemporâneas. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 16-38.

UNFPA, 1994, Cairo. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.**

UNFPA. **ANNUAL REPORT:** a year of renewal. [S.I.]: UNFPA, 2014

UNFPA. **Como Trabalhamos.** 2024. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/como-trabalhamos#:~:text=Para%20cumprir%20sua%20miss%C3%A3o%20e,em%20mulheres%2C%20adolescentes%20e%20jovens>.. Acesso em: 11 set. 2025.

UNFPA. **Fundo de População da ONU lança edital de apoio a projetos da sociedade civil.** 2020a. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-lan%C3%A7a-edital-de-apoio-projetos-da-sociedade-civil>. Acesso em: 11 set. 2025.

UNFPA. **NAS TRILHAS DE CAIRO:** edital de financiamento UNFPA para organizações da sociedade civil. UNFPA, 2020b.

UNFPA. **NAS TRILHAS DE CAIRO:** edital de financiamento unfpa para organizações da sociedade civil. UNFPA, 2021.

UNFPA. **UM TRABALHO INACABADO:** a busca por direitos e escolhas para todos e todas. [S.I.]: UNFPA, 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2019>. Acesso em: 24 ago. 2025.

YANOW, Dvora. Thinking Interpretively: philosophical presuppositions and the human sciences. In: YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (ed.). **Interpretation and Method:** empirical research methods and the interpretive turn. Londres: Routledge, 2014. p. 5-26.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1: Definição das perguntas para o Grupo Curumim

Intenção	Pergunta	Expectativa de resposta
Iniciar a entrevista para fazer um histórico da parceria. Pergunta que gera mais perguntas.	1- O edital “Nas Trilhas do Cairo” foi lançado pela primeira vez em 2020 e no site oficial da organização é abordada a importância do fortalecimento de organizações da sociedade civil durante a pandemia. Como o Grupo Curumim conheceu a UNFPA e se inscreveu no edital?	Conhecemos a partir do acontecimento X. Depois disso, a parceria aconteceu de determinada forma e ajudou em pontos A, B e C.
Dependendo de qual apoio eles solicitaram vai gerar mais perguntas e vai poder direcionar a questão da cooperação.	2- O edital direciona o suporte para linhas de apoio. Qual das linhas de apoio o Grupo Curumim solicitou que fosse realizado? Por que essa?	No edital escolhemos a linha de apoio X, pois identificamos alguns desafios nessa área, por conta de acontecimentos passados.
Compreender se as capacitações têm um conteúdo generalizado ou se são pensadas atendendo necessidades específicas.	3- O Grupo Curumim recebeu capacitações de acordo com a linha de apoio solicitada. Os conteúdos eram pensados nas necessidades específicas que o Grupo Curumim tinha e trabalhadas de forma individual? O conteúdo era relevante para as necessidades da área de atuação do Grupo Curumim?	A UNFPA realizava treinamentos de X forma, que era generalizado ou específico e realizava um acompanhamento de tal forma. Também realizou visitas em 2020/2021.
Entender se o Grupo Curumim tinha um conhecimento prévio sobre o debate internacional. Se não, é um aspecto da cooperação. Se sim, ganhou mais profundidade com as capacitações?	4- O Grupo Curumim participou do workshop sobre a Conferência do Cairo e o Consenso de Montevideo. Antes de participarem do workshop, o Grupo Curumim já conhecia o debate internacional sobre saúde sexual e reprodutiva? Já haviam aplicado em alguma de suas ações?	O debate internacional não era uma novidade, mas conhecer mais sobre os marcos que desenvolveram o debate foi uma forma de entender que contribuimos com A, B e C nesse debate.
Entender se existem outras ações que produziram impacto. Compreender a	5- O Boletim de Abril de 2022, vol. 1, sinaliza que foi realizado com apoio do Edital “Nas Trilhas do Cairo”. Existem outras ações que foram realizadas com	Além do Boletim, realizamos a atividade X que apoiou esse público-alvo e teve Y

importância da parceria para trazer resultados efetivos para a sociedade civil.	o apoio financeiro fornecido pela UNFPA? Essas ações poderiam ter sido realizadas (mesmo que demorasse um pouco mais) sem o apoio do edital? A realização das ações foi afetada de alguma forma por prazos da UNFPA para acesso a recursos?	impactados. Com as capacitações, a gente fortaleceu A e B, áreas que em consequência criaram campanhas com amplo alcance.
Essa pergunta é uma forma de entender se o Grupo Curumim reconhece os desafios, para além da pandemia, como motivadores para a participação no edital.	6- No Boletim, a coluna “Cidadania plena para meninas e mulheres na construção de uma verdadeira democracia” denota a luta política do Grupo Curumim. O período entre 2020 e 2022 foi marcado pela desinformação e políticas antigênero. Vocês sentem que o trabalho do Grupo Curumim foi diretamente afetado por elas?	Durante o governo Bolsonaro enfrentamos problemas muito maiores do que só a pandemia. Tivemos desafios relacionados à X, Y e Z.
Abertura para falar sobre os dois anos de parceria e entender se houveram novas demandas, se puderam trabalhar com mais ações ou concluir ações antigas, etc.	7- O Grupo Curumim participou de duas edições do edital, vocês sentiram alguma diferença na participação de uma edição para outra?	A participação na segunda edição foi mais “madura”. Já sabíamos como trabalhar com a UNFPA e antecipar demandas.
Se o edital era direcionado para fortalecer as OSCs, a pergunta busca entender se houve de fato um fortalecimento. E se tiveram efeitos duradouros, quais foram?	8- A participação por dois anos teve resultados duradouros para o Grupo Curumim? Vocês sentem que o Grupo Curumim em 2024 ainda sente os efeitos do apoio? O apoio fornecido gerou ações sustentáveis, ou será preciso mais apoio externo para dar continuidade às ações desenvolvidas com o apoio da UNFPA?	A participação por dois anos foi um diferencial e teve efeitos duradouros, até hoje fazemos X, Y e Z que aprendemos no período em que realizamos o edital.
Identificar outras possíveis metas ou compromissos que pudessem ser observados de forma mais específica.	9- Durante o edital, o Grupo Curumim precisou fornecer relatórios parciais e totais. Além dessas entregas, foi solicitada, ou o Grupo se comprometeu a entregar algum tipo de contrapartida para a UNFPA?	Nós nos comprometemos a atingir X pessoas. Nós atingimos esse número ou não atingimos esse número, pelos motivos A, B e C.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B

Entrevista sobre a atuação do Grupo Curumim

Fabiana (00:00:02): Vamos começar a gravação. Podemos fazer uma rodada rápida de apresentações. Posso me apresentar, em seguida a Prof. Xaman, minha orientadora e por fim a Elisa pode se apresentar pra gente dar início das perguntas. Pode ser?

Elisa (00:00:26): Pode ser sim, sem problemas.

Fabiana (00:00:30): Então... meu nome é Fabiana, tenho 21 anos, curso Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. Dentro da universidade estou envolvida com o projeto de extensão Diálogo Generi, que é o Diálogo de Gênero nas Relações Internacionais, junto com a Prof. Xaman que é coordenadora do projeto. No projeto a gente conhece algumas organizações não governamentais, iniciativas, tratados, conferências, todo tipo de diálogo e debate que existe em relação à gênero e sexualidade, e desenvolvemos isso em nossas leituras, discussões e escrevemos matérias para o nosso site e a Brasil de Fato PB. A partir da extensão, que se originou meu projeto de TCC. Pois meu projeto é justamente tratar sobre direitos sexuais e reprodutivos no debate internacional e tem as entrevistas como um foco da metodologia do meu trabalho, com o intuito justamente de trazer um protagonismo, uma humanidade para o trabalho. Prof. Xaman, agora a senhora pode ficar à vontade.

Xaman (00:01:47): Bom dia meu nome é Xaman, sou professora na UFPB de Relações Internacionais tenho a alegria de tá orientando a Fabiana e de coordenar esse grupo nesses temas tão relevantes, que ainda tem uma grande relutância na academia em reconhecê-los. Estou aqui para dar um apoio para a Fabiana, se precisar de algum esclarecimento mas ela vai liderar. E queria muito te agradecer Elisa por você estar disponibilizando esse tempo para conversar com a gente que é realmente uma coisa fundamental pra gente fazer um trabalho que realmente reflita o que tá aí acontecendo e não fique só naquela coisa de revisando bibliografia... tal. Agradeço muito, imagino que deva estar uma loucura aí, então muito obrigada.

Elisa (00:02:40): Eu que agradeço. Começo agradecendo o interesse, vou me apresentar. Sou Elisa Aníbal, sou do interior de Pernambuco mas moro, morava em Recife. Eu tô agora em Brasília, teoricamente, teoricamente porque eu me mudei em dezembro mas eu tô fora de casa desde janeiro. Sou assessora do Grupo Curumim, trabalho especificamente com a parte de Advisor e Advocacy internacional, regional e nacional. Sou formada em Direito, mas também trabalho como educadora social e outras coisas mais e é isso. Agradecer o convite, dizer que o Grupo Curumim fica muito feliz sempre que a gente recebe e a gente sempre recebe muita gente pra fazer pesquisa, orientação, então a gente gosta. Um dos nossos programas é trabalhar com a educação e entregar na educação em todos os níveis também, então que bom, muito bem. Tá caos aqui mas vou me concentrar pra gente poder se organizar e tentar responder da melhor forma possível.

Fabiana (00:04:00): Muito obrigada, Elisa. Obrigada por se apresentar e agora eu gostaria que você apresentasse o Grupo Curumim. Nos conte um pouco sobre a história do Grupo, no site de vocês diz que a organização tem 36 anos de história e tem eixos de atuação em saúde sexual, reprodutiva, tem um trabalho com as parteiras, com saúde materna e é um trabalho muito interessante mas eu queria que você contasse a história do Grupo e nos desse um aprofundamento sobre o trabalho de vocês.

Elisa (00:04:29): Tá bom. Bem, o Grupo Curumim surge naquela década dos anos 80, finalzinho dos anos 80, mas na década de 80. Nós temos ali o processo de redemocratização e o processo de organização de grupos feministas, com grupos feministas que viveram durante a ditadura militar e começam a se organizar no processo do lobby do batom, no processo da constituinte. Mas... e também muitas feministas populares estavam nos territórios enfrentando todas as adversidades de um regime autoritário mas também com feministas que tinham vivido processos de retirada do país, que tinham ido para França, para Portugal, para Inglaterra, e viveram esse momento. É um momento de organização dos feminismos e o Grupo Curumim surge disso, o Grupo Curumim surge dessa organização de mulheres feministas com foco em saúde, a gente já tinha algumas organizações feministas no Brasil, que são um pouco mais antigas que tem 40, 42, 45 anos, mas que tinham um foco muito em teoria feminista, feminismo mais em análise de classe, mas debatia muito pouco acesso à saúde e aí o Curumim nasce com um propósito de “como é que a gente promove cidadania?”. Ninguém dá cidadania para ninguém, a cidadania precisa ser promovida então como é que a gente promove cidadania a partir desse lugar da saúde e dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos? Surgimos disso.

E a partir disso a gente começa a construir processos, a gente é ótimo, eu tenho 30 anos então não era eu mas as companheiras do Grupo Curumim começam a construir ações na construção de políticas públicas para saúde. E é quando a gente tem o Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), as conferências nacionais mas também o próprio processo na construção de disseminação de informações, seja com as trabalhadoras sexuais, seja com vítimas de violência sexual, trabalhando com a exploração sexual de crianças e adolescentes, nós já trabalhamos muito com isso. Trabalhamos com organismos internacionais, o Grupo Curumim esteve em Beijing, o Grupo Curumim esteve no processo de Cairo e a gente vem acompanhando essas agendas. Eu acho que foi a principal organização a trazer o conceito de violência obstétrica para o Brasil, primeira vez que fala-se de violência obstétrica no Brasil, fala-se a partir do Grupo Curumim. E também como é que a gente traduz dos textos de Cairo os direitos sexuais e reprodutivos? Que é uma conquista de Cairo, Beijing a gente fala de maneira ampla, saúde integral, acesso universal à saúde mas a gente não tem a instituição dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, em Cairo que é 94, nós temos ali a instituição concreta dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos e nós traduzimos isso para o Brasil. A gente constrói documentos e monitoramentos e coisas que implementam [os direitos sexuais e reprodutivos]. Então o Grupo Curumim surge disso.

Nessa trajetória, nós entendemos que tem pilares cruciais para a construção de cidadania, para ampliar esse conceito que também é o trabalho com a educação, e aí é a educação em todos os níveis. A gente trabalha com educação desde a educação infantil até a orientação de doutorado, mas também construção de pesquisas, levantamentos, análises, escutas, tudo isso. A gente tem um programa que trabalha sexualidade e saúde de maneira ampliada, a gente tem o programa das parteiras tradicionais, o Grupo Curumim construiu junto ao Ministério da Saúde um livro que é o Mapeamento de Parteiras Tradicionais do Brasil e trabalhou no processo de advocacy para que as parteiras tradicionais fossem reconhecidas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) como agentes do SUS no Brasil. A gente também tem um trabalho com quilombolas, não é um programa mas é uma ação com populações tradicionais, então são ribeirinhas, territórios de marétório como as pescadoras tradicionais, as mulheres indígenas. Com as mulheres quilombolas nós desenvolvemos esse trabalho, o acesso e disseminação de informação, democratização da informação através da comunicação, então a gente tem muitos trabalhos atualmente.

Temos um núcleo de adolescentes e jovens que elas fazem o processo formativo para a construção de advocacy, então elas passam por um processo formativo de 2 ou 3 anos aprendendo na prática com um currículo de saúde sexual e reprodutiva e passando por 24 temas, depois disso elas começam a desenvolver ações na militância e ações de advocacy. Temos esse núcleo e também a VERA que é uma linha direta de informação, ao qual temos uma trabalhadora que atende para dar informações sobre saúde sexual e reprodutiva mas também sobre violência, sobre direito ao aborto de maneira ampliada para o Brasil inteiro e essa pessoa além de fazer atendimentos no sentido de dar respostas, também dá encaminhamentos e fluxogramas pra serviços especializados. E durante muito tempo, hoje não temos mais, tivemos um ambulatório ginecológico dentro do Grupo Curumim, onde a gente atendia mulheres vítimas de violência, atendíamos trabalhadoras sexuais e meninas vítimas de exploração sexual em situação de vulnerabilidade de rua. A gente não tem mais esse ambulatório, mas nós tivemos durante muito tempo.

Fabiana:(00:11:19): Acho que deu pra gente ter uma noção integral do Grupo Curumim e eu pessoalmente pesquisei no site e nas redes sociais de vocês e temos um entendimento de que o trabalho de vocês é bem amplo, mas ouvir você falando cada uma das ações assim faz a gente compreender a existência dessas ações. É muito bonito e eu gostaria de agradecer novamente por estar falando aqui com a gente e contribuir para essa pesquisa que realmente é muito importante. E a partir de agora eu vou entrar em perguntas que são mais direcionadas para o edital, sobre a participação de vocês no edital “Nas trilhas de Cairo”. Então, o edital foi lançado pela primeira vez em 2020 e no site oficial da UNFPA é abordada a importância do fortalecimento de organizações da sociedade civil principalmente durante a pandemia, e eu queria entender como que o Grupo Curumim conheceu a UNFPA e chegou a se inscrever no edital.

Elisa (00:12:27): O Curumim tem uma longa história com UNFPA, o Fundo de População e Desenvolvimento, e população e desenvolvimento é onde estão os direitos sexuais e direitos reprodutivos. No Cairo (1994), é quando surgem os direitos sexuais e reprodutivos, eles

surtem na conferência de população e desenvolvimento então nós temos uma longa história com UNFPA e é bem antiga acho que nós temos 36 anos, pelo menos 30 anos nessa relação. Nós já tivemos outros apoios de UNFPA e tem outras relações com outros organismos da ONU, já trabalhamos com ONU Mulheres, trabalhamos com ACNUR, com UNICEF, e a nossa relação com UNFPA vem muito desse campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Nós recebemos um convite de UNFPA, porque teve três editais de “Trilha de Cairo” e esse [de 2020] foi o primeiro e também teve um segundo edital. Estivemos em dois editais, porque há uma política de que você só pode participar de dois editais consecutivos depois você tem que passar um tempo sem participar em editais, então fomos apoiados pelo edital 1 e o edital 2. Recebemos uma carta convite dizendo que nós nos enquadraríamos no perfil do edital e que UNFPA tava com essa ideia, e se a gente gostaria de escrever [um projeto] e foi basicamente isso.

Nós escrevemos um projeto que tinha foco na disseminação de informações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes na pandemia porque a gente observava pelas nossas realidades, o número crescente de violência contra crianças e adolescentes apesar disso não estar registrado em números ainda. Na época, em 2020, a gente não tinha números concretos desse aumento mas a gente já denunciava que 86% das violências contra crianças e adolescentes acontece dentro de casa e a maior parte das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes partem dos profissionais da educação. São eles que notam a violência sexual, então as crianças estavam dentro de casa trancadas com seus abusadores e sem ter acesso as escolas, víamos isso acontecer e a gente queria construir uma campanha para falar sobre isso então focamos nisso naquele edital.

Fabiana (00:15:13): Perfeito, Elisa! Nós imaginamos que o edital estivesse relacionado a uma longa história entre o Grupo e a UNFPA, por conta do ineditismo da Conferência do Cairo de tratar sobre questões de saúde sexual e reprodutiva. É muito interessante que tenha havido um convite da parte deles para participar e a construção dessa campanha para pensar naquelas crianças e adolescentes tendo que conviver com seus abusadores dentro de casa, com essa questão que poucas vezes é abordada. Inclusive a gente até considerava a questão de mulheres gestantes na pandemia devido a questão de pressão no sistema público. Tínhamos considerado fazer uma pergunta sobre isso, mas como vocês fizeram um projeto mais direcionado queria que você falasse um pouco mais desse projeto pra gente.

Elisa (00:16:10): Tá deixa só eu recapitular uma coisa que eu acho que é importante. A gente tem uma longa história com UNFPA mas temos 2 momentos que foram cruciais: a situação da epidemia do vírus zika na região nordeste, ao qual tivemos o apoio de UNFPA para a construção de uma campanha que também era disseminar a informação de que o vírus zika era uma IST, uma infecção sexualmente transmissível, poucas pessoas sabiam disso. Mas se você tivesse uma relação sexual com alguém que teve zika a pelo menos 6 meses e se fosse um homem até 1 ano, mesmo que você não tivesse sido contaminada pelo mosquito, pelo transmissor *aedes aegypti*, você contrairia zika e isso tinha ali uma relação com a questão da síndrome congênita do vírus zika no caso das gestações.

Então fizemos uma campanha em parceria com UNFPA e com várias outras organizações do Brasil que disseminavam essa informação mas também faziam campanhas sobre formas de transmissão, escuta qualificada sobre como tava se dando a epidemia, especificamente, o Grupo Curumim também construiu uma sala de situação que era com UNFPA, com a OMS, com o Ministério da Saúde e com várias outras organizações onde a gente monitorava números e pressionava estados e governos para implementar políticas de combate a disseminação do vírus zika na região. Acho que essa é a história mais recente e foi um trabalho longo, estivemos por três anos numa sala de situação, e a sala de situação era sentar com organismos da ONU e do Governo Federal para resolver o problema. Não era mais pressão pública, eram resultados. Acho que isto é uma história mais recente e aí a gente tem o edital “Trilhas do Cairo” que o Grupo Curumim foi o primeiro que identificou as mulheres e pessoas que gestam numa situação de maior vulnerabilidade por conta da Covid-19, e também fizemos ações de advocacy a nível local e nacional para que esse grupo de pessoas fosse inserido no grupo prioritário para vacinação.

O Grupo Curumim também tá na coordenação do Comitê de Estudos de morbi e mortalidade materna do Estado de Pernambuco e da cidade do Recife, então tínhamos acesso a todos os casos de morbi e mortalidade materna dentro do estado e a gente observou um número muito alto de pessoas em situação de gravidez ou puérperas que estavam morrendo e estavam sendo diagnosticadas com Covid-19, isso foi crucial para aquele momento. No entanto, quando a gente escreveu o edital “Trilhas de Cairo”, esse não era nosso foco, isso estava dentro do processo, mas esse é um edital que a gente chama de institucional, ele fomenta ações institucionais da organização, então nós escolhemos como é que vai fortalecer a organização. Pode ser através de salário, pode ser através de pagamento da sede, pode ser pagamento da internet e a partir disso tudo vira ação de UNFPA também, ou seja, tudo o que for feito dentro da organização, já que o edital fortalece a organização também, é reportado como um processo de fortalecimento dessas ações então isso entra dentro da nossa análise mas o recurso não foi utilizado especificamente para isso.

Então foi com foco na campanha, voltando para a sua questão Fabiana, a gente fez um grupo focal com meninas. Nós trouxemos as meninas do núcleo que eram 35 e algumas outras meninas que foram convidadas, e esse grupo focal pensou a realidade das meninas diante da pandemia e pensou a realidade das violências e a partir disso, a partir desse grupo focal com especialistas em comunicação mas também especialistas em psicologia, educação social e tudo isso. Nós desenvolvemos a campanha que partiu da experiência das meninas desse grupo focal, que chama “não era carinho”, hashtag não era carinho, ainda tem isso, tem a hashtag. Porque eu esqueço da hashtag. E que muita gente depois pergunta “Por que não era, por que não é?” E as meninas dizem que é porque nós já sofremos violências a gente só não identificou ainda quais eram essas violências e muitas vezes quando a gente vai identificar essas violências é muito depois a gente precisa dizer “não era carinho”, e a partir de todas as frases que vem acompanhadas de “não era carinho”, foram desenvolvidas então “se te machucou, se te incomodou, não era carinho” “se fez alguma coisa e pediu pra não contar pra ninguém, então não era carinho” “se te deixou com medo e com vergonha, não era carinho”. Então a partir desse lugar não só da violência sexual propriamente dita, daquela que machuca

que causa todos os transtornos mas a violência aquela que é simbólica, os beijos, as exposições, as carícias, os toques, a vigilância, então a partir de todo esse lugar e dizer também que a partir disso a gente desenvolveu peças de comunicação diversas, a gente tem vídeos, animações, spots que rodam em rádios, anuncieletas. Também levamos isso para os interiores, para periferias, fizemos a disseminação de panfletos e da linha VERA, porque essas denúncias precisavam chegar em algum lugar e a gente vivia o Governo Bolsonaro com a desmobilização tanto com o disque 100 quanto do disque 180 então para quem a gente encaminha essas denúncias? Fizemos todo um trabalho com a linha VERA para acolher essas denúncias e dar seguimento, e teve todo um trabalho com a defensoria pública, com a Procuradoria da Criança e do Adolescente, com os Conselhos Tutelares, foi um processo bem ampliado. Não sei se consegui responder tudo que você queria.

Fabiana(00:23:19): Conseguiu com certeza! Já tive alguns insights para outras perguntas também, é muito interessante que o projeto tenha tido toda essa abordagem. A gente consegue ver que é desde um elemento muito básico que é a identificação daquela violência até transformá-la em uma denúncia e ter consequências reais, então isso é muito interessante. Gostei muito de uma fala que você teve que é sobre como o próprio edital ser um apoio mais institucional e que todas as ações que vocês fazem a partir daquele edital também são uma ação da UNFPA pois me leva para a segunda pergunta que é sobre as linhas de apoio que são colocadas ali dentro do edital. Temos 3 linhas de apoio e eu queria entender quais foram as linhas de apoio que vocês optaram e receberam apoio. Você mencionou sobre optar por fazer uma campanha, ter um apoio mais estrutural e queria entender qual foi a linha de apoio exata que o Grupo Curumim optou.

Elisa (00:24:36): Eu preciso que você me lembre as linhas de apoio, se você puder.

Fabiana (00:24:42): A primeira era sobre melhorias na estrutura organizacional, a segunda era investir no desenvolvimento e aprimoramento de competências de advocacy e proposição legislativas, e a terceira era fortalecer comunicação estratégica.

Elisa (00:25:05): Eu acho que a gente ficou com duas porque você pode colocar mais de uma, na hora da análise. A gente ficou com fortalecimento da ação estratégica de comunicação, mas também fortalecimento das ações institucionais, das possibilidades institucionais, eu lembro que era bem isso. Foi um momento que a gente precisou comprar materiais de trabalho porque todos os nossos computadores eram fixos, a nossa sede era fixa. Foi um momento de pandemia e precisávamos comprar por exemplo computadores para a equipe. Eu lembro que o meu computador pessoal pegou fogo porque ele não aguentou, foi uma época bem difícil e toda a equipe teve burnout, eu lembro que eu trabalhava em torno de 20 horas por dia. Então nós compramos computadores, compramos celulares para as meninas do núcleo. O núcleo de meninas é formado por meninas em situação de vulnerabilidade social, então são meninas de periferia, meninas negras, são meninas em uma situação de pobreza extrema, elas não tinham celulares, então como você mantém contato com essas meninas na pandemia? Como elas vão estudar? Já que as aulas eram remotas. Então a gente também fez

isso, também contribuiu para o pagamento de despesas de pessoal. Porque a gente faz milagre viu, gente? Porque você olha assim e pensa que o edital tem muitos dinheiros, mas não tem não. Mas é isso a gente vai tirando de um canto, vai tirando de outro, incorporando, a gente não tinha só o apoio de UNFPA, a gente também tinha apoio de outras organizações: PPF e Malala Fund. Todos esses são institucionais também, a gente foi juntando pegava um dinheiro daqui e um dinheiro dali. Então a gente comprou computadores, comprou celulares, incorporamos recursos para pagamento de salário, eu acho que meu salário saia dali também. E o pagamento do processo de campanha, pagamento de produção de material, produção de contratação da equipe de comunicação e também o próprio processo do grupo focal porque a gente teve que reunir as meninas para o grupo focal, fizemos muita coisa online mas também se reuniu presencialmente e isso incluía testes de covid, compra de máscaras, carros adaptados para buscar cada menina na sua casa, com teste para os motoristas, alimentação, local, tudo isso foi por aí, veio desse recurso também.

Fabiana (00:28:12): Sim, faz milagre mesmo. A gente acha que é muito, mas se surpreende o quanto esse dinheiro vai muito rápido nessas ações.

Elisa (00:28:22): Vai porque, pra reunir as meninas em média é em torno de 4 mil reais porque é isso que a gente precisa. As meninas não andam de ônibus, especialmente na pandemia, os motoristas não são homens, são motoristas mulheres e aí tem um roteiro, vai buscar em casa, algumas meninas moram em periferias muito distantes, muitas moram em lugares que o carro sequer chega e tem meninas que moram onde tem que passar por dentro da mata então tem essas dificuldades. A alimentação... todos os cuidados, é um valor alto, então uma vez que a gente reunia as meninas era em torno de 4 mil reais para um dia. Então se você faz em torno de 2 ou 3 reuniões no mês, você já... Fora apoio de celular, a gente botava crédito no celular das meninas, pagava a internet da casa delas, eu lembro disso a gente pagava a internet pra elas, e os locais eram tão difíceis que a gente precisava contratar em nosso nome as internetes porque sequer as mães ou os pais podiam contratar, então nós contratávamos, fazíamos o monitoramento, pagávamos, acabava a internet e a gente tinha que ligar. Foi bem complexo esse momento nas nossas vidas, das meninas especialmente, mas é isso foi um projeto que deu suporte de maneira mais geral.

Xaman (00:30:00): Nossa! E vocês estavam apoiando as meninas assim de uma forma também holística, digamos assim, diante de todas as dificuldades da pandemia, parabéns muito muito legal.

Elisa (00:30:12): A gente fez distribuição de cesta básica, a gente teve vários microprojetos, tivemos apoio de sesi, de UNFPA brasil, a gente teve apoio de um projeto de subvenções da Articulação de Mulheres Brasileiras ao qual a gente compõe, eu sou coordenação da Articulação de Mulheres Brasileiras que é o movimento feminista nacional. Tinha um projeto da União Europeia e a AMB com esse projeto na União Europeia tinha colocado vários encontros que não iam poder acontecer porque era pandemia e as mulheres e as militantes estavam passando fome então a gente teve que criar estratégias e fazer muitas conversas com a União Europeia para eles aceitarem que a gente pudesse fazer subvenções, que é quando a

gente pega uma parte desse recurso e submete esse recurso para organizações locais e agrupamentos locais e o Grupo Curumim também teve acesso a essas subvenções que eram de R\$ 20.000. Mas, pegamos os 20 mil reais e compramos uma cesta básicas, aí entregamos as cestas para as meninas porque ainda tem isso, quem vai entregar? Quem vai comprar? Qual é o carro que transporta? Era a equipe. Não tinha contratações, éramos nós que tínhamos que fazer tudo então fomos arrumar psicólogas, psiquiatras porque foi um momento muito difícil para as meninas, muito difícil.

Fabiana (00:31:56): É realmente um movimento hercúleo assim da parte de vocês pra garantir todo esse acesso para as meninas. Importante trazer esse aspecto do projeto porque são minúcias que de pouquinho em pouquinho vão construindo um projeto mas também vai esgotando um pouco a capacidade de vocês de atender todas, e ao mesmo tempo, ter esse atendimento integral então é muito interessante ter abordado sobre isso. Para a próxima pergunta, o edital põe que as organizações apoiadas receberam capacitações de acordo com as linhas de apoio então se vocês focaram mais nessa parte da comunicação estratégica e na questão ali da estrutura organizacional, na estrutura do Grupo Curumim, nós queríamos entender se foram trabalhadas de forma individual, se foram atendidas as necessidades específicas do Grupo Curumim e se o conteúdo era relevante para as necessidades de vocês. Queremos entender realmente essa experiência de colaboração e o quanto que contribuiu para justamente fortalecer esses projetos.

Elisa (00:33:10): Tá. Deixa eu pensar aqui porque fala capacitações, mas não eram capacitações. Nós tínhamos reuniões mensais online com as organizações apoiadas e UNFPA e essas reuniões serviam pra gente falar um pouco como estava o andamento dos projetos, uma espécie de monitoramento mas também pra falar um pouco das dificuldades. Acho que elas eram muito mais ajustes e adaptações. Por exemplo, a gente não tinha previsto inicialmente no nosso projeto comprar e pagar internet, não tava previsto mas no caminho a gente viu e disse “tem que pagar a internet”, então nessas reuniões a gente ia pra UNFPA e dizia “Ó tem isso, a gente vai precisar mudar isso, é possível? Qual a rubrica é possível? Em que momento isso é possível?” Também era um momento que a gente fazia uma análise política, tínhamos todos os limites e eu preciso dizer isso aqui: tem limites do que os órgãos da ONU conseguem fazer, inclusive para dentro do governo era um momento que não se tinha um diálogo com o governo brasileiro, era o contrário disso, mas nós tínhamos momentos de diálogo com a UNFPA no sentido de: “Como que a OMS está pensando processos? Como que a gente traz isso [para a realidade brasileira]?” A produção de dados também foi importante para como a gente articula. Foi um momento onde eu fiz uma especialização junto a FLACSO que era sobre educação sexual, saúde reprodutiva de maneira global e era online então elas ofereceram isso para as organizações. Era basicamente isso, eram reuniões de monitoramento das ações, apresentação de resultados de projeto, adaptações mas também de análise política do cenário de como avançamos, o que a gente precisa melhorar, um pouco disso.

Fabiana (00:35:18): Realmente um acompanhamento ali do andamento dos recursos, do edital e como foram alocados nos projetos. Nesse sentido?

Elisa (00:35:30): Isso.

Fabiana (00:35:31): E você falou sobre a questão de buscar a UNFPA pra ter uma orientação dessas diretrizes mais internacionais, por exemplo com a questão sobre entender um pouco mais sobre o posicionamento da OMS, a questão da pandemia e teve pouco diálogo com o governo brasileiro naquele período. Durante as minhas pesquisas, vi que vocês tiveram um workshop sobre a Conferência do Cairo, o Consenso de Montevidéu e eu queria entender se antes do workshop, na verdade, antes do workshop vocês já tinham se envolvido com o debate internacional no Cairo. Como foi essa justamente essa experiência de estar ali no workshop e vocês já terem participado no Cairo? Já terem tido esse contato, já estarem inseridas dentro daquele debate internacional e como vocês conseguiram contribuir dentro dessa experiência?

Elisa (00:35:26): A gente tava tanto no processo de Cairo quanto no próprio Consenso de Montevideo então eram momentos. Teve isso mesmo. Tô lembrando aqui agora, inclusive foi Charles que estava lá, que hoje em dia é o presidente do CNPD. E acho que o Mônico Vieira tava também nessa reunião. Eram processos formativos para debater um pouco sobre como tanto o consenso de Montevideo quanto processos de Cairo mas também os processos de CEPAL, os processos de CSW, estavam interferindo nas políticas e como essas políticas, essas resoluções e declarações internacionais acabavam influenciando no momento político que a gente tava vivendo como a gente conseguiria implementar essas diretrizes, essas metas, a agenda 2030, dentro dos projetos como que se correlacionava as ODSs era basicamente sobre isso, a gente também falou sobre isso, porque a gente teve dois editais de “Trilha de Cairo”.

Um foi a campanha e o outro foi disseminação das ODSs, então como é que a gente analisava as ODSs e como é que a gente poderia monitorar o andamento das metas das ODSs nos municípios onde a gente atuava então esse foi um caminho que foi feito. E foi assim, todas as organizações que foram apoiadas no edital a gente tem uma relação histórica, nós temos uma relação com Crioula, nós temos uma relação com a Odara, a gente tem uma relação com Guiledez, temos relações com muitas organizações que estavam ali sendo apoiadas e elas também estavam no processo de Cairo e de Consenso de Montevideo e todas as outras agendas. Então foi bom, foram momentos bons, era sempre bom voltar para a análise política disso, retomar projetos, pensar estratégias porque eu acho que é muito isso, são estratégias, a gente tava em um momento de litígio, a gente tava literalmente em um momento de litígio e advocacy nacional e internacional, nacional porque a gente precisava denunciar o que tava acontecendo porque a gente precisava inserir mulheres, pessoas que gestam nos grupos de prioridade para vacinação, porque a gente precisava denunciar o aumento das violências do feminicídio mas também a precarização da vida das mulheres das meninas. Eu lembro que a gente falava “ah lave suas mãos” todo mundo fala “lave suas mãos para evitar a contaminação do covid 19” e a gente dizia “tá mas vocês estão pensando nas mulheres que não tem acesso à água?”. Era um momento também que começamos a desenvolver ações de pobreza menstrual então como você lida com isso também? Não é só acesso a absorvente, é acesso também a água, a papel higiênico, a banheiro dentro de casa, alguém está olhando para isso? Então tinha esse momento.

Eram momentos muito ricos de troca e que levaram a gente para caminhos importantes, à construção de coalizões, na construção de denúncias internacionais, eu lembro que a gente foi para a Corte Interamericana para denunciar a situação ali em 2020 sobre a situação da menina do Espírito Santo, teve muita coisa acontecendo naquele ano, foi um ano que cabia 10 anos dentro dele então acho que é basicamente isso.

Fabiana (00:40:20) : Achei muito interessante você ter abordado justamente essa questão que envolve muita luta política do Grupo Curumim. Porque eu tava lendo uma coluna de um dos boletins de vocês, acho que foi até você que escreveu que é “Cidadania plena para meninas e mulheres na construção de uma verdadeira democracia” e fala um pouco sobre essa luta política, aquele período ali entre 2020 e 2022 marcado pelo governo Bolsonaro, Damares como ministra. A gente tem ali essa situação muito delicada para os direitos sexuais e reprodutivos e como você já falou anteriormente, que o diálogo com o Governo Federal tava muito difícil e que até a própria UNFPA tava tendo dificuldade nesse sentido. Eu queria entender como vocês sentem que o trabalho foi diretamente afetado? Quais foram ali questões bem específicas desse momento, desse impedimento do diálogo com o governo federal? Que acabou empatando o trabalho de vocês.

Elisa(00:41:25): Então a gente não tem... ou não tinha projetos com o Governo Federal porque nós já trabalhamos com o Governo Federal, a gente já teve acesso a projetos. Mas tomamos a decisão política que não iria mais trabalhar com recursos do Governo Federal, e poderíamos fazer parcerias, poderia ser convidadas para estar em mesas para grupos de trabalho, mas a gente não ia mais ter um projeto. Isso lá em 2016, acho que naquele momento o que a gente vivia era o processo do negacionismo, o negacionismo científico e do negacionismo de estatística de dados e da realidade das meninas e das mulheres e esse era o impedimento concreto.

Veja a gente coloca como missão do Grupo Curumim, promover a cidadania plena, como se promove cidadania plena? E aí não somos nós que promovemos. Nossa missão é buscar para que isso exista. Quem pode promover cidadania é o Estado, então a nossa luta é fazer com que o Estado forneça políticas, que o Estado implemente programas, que o Estado monitore, que o Estado execute né. E acho que essa é uma questão que a gente aborda muito: Nós não somos o Estado. E é difícil pra muita gente entender isso porque nós somos uma organização não governamental mas a gente faz assistência.

Na época da pandemia foi o período que a gente mais fez assistência, mas nós não substituímos o Estado, o Estado precisa atuar. É o Estado que deveria garantir alimentação. É o Estado que deveria garantir serviços de saúde, não nós. Então naquele momento a grande luta era pressionar o Estado para fazer, pressionar o Estado para ter por exemplo o auxílio emergencial. Quantas vezes a gente não cadastrou as mães das meninas para receber o auxílio emergencial porque elas sequer tinham aplicativo pra fazer. Então ele impactou porque por exemplo se a gente tivesse acesso a vacinação antes, talvez a gente não tivesse com as meninas mais próximas, porque a gente teve que substituir o Estado. Porque a gente teve que

ao invés de pegar recursos para implementar políticas, disseminar a informação, para fortalecer ações de advocacy a gente teve que botar recursos na alimentação, a gente teve que botar recursos no trabalho, e isso impacta no nosso trabalho, mas ele impacta de uma maneira transversal porque é a ausência do Estado que faz com que a gente tenha que substituí-lo. E isso vai impactar no que a gente se propõe a ser como organização. Nós não somos uma organização de assistência social, mas a gente precisou fazer e isso traz impactos.

Traz impactos diretos por exemplo na redução de folha salarial, traz impactos por exemplo como na nossa sede, nossa sede foi... A gente fazia revezamento de uma pessoa ir 1x por semana abrir a sede, mas a sede ficou parada e a gente não tinha como fazer reparos, então quando a gente voltou pra sede em 2021, toda a equipe adoeceu porque tava totalmente mofada, os equipamentos estavam todos quebrados, a gente não tinha recurso para manutenção disso. Tudo foi voltado para quem a gente atendia. Então a gente tem várias coisas, os alagamentos na região de Goiana, na região do Recife, na região metropolitana. A gente teve pescadoras que trabalham com pescaduras artesanais que tiveram suas casas completamente destruídas, a gente teve meninas que as famílias foram soterradas, a gente teve que comprar colchonete, então assim a ausência do Estado fez com que a gente tivesse que atuar como Estado mas nós não somos e não temos recursos pra isso. Então isso nos impacta diretamente nosso trabalho. E acho que não sei se fiz essa análise nesse texto porque a gente construiu boletins tava dentro do projeto de Cairo.

Porque é isso gente, foi um ano bem cheio e lembro que foram dois boletins externos e um interno e neste boletim eu lembro que eu fiz essa análise também, esse ficou para o interno que foi “Nós não somos o Estado e não pretendemos substituir”, precisamos cobrar do Estado, precisamos visibilizar que é o Estado que não está fazendo. Bom, mas isso impactou de maneira transversal, transversal porque nós também fomos atingidas. A instituição é formada por pessoas e as pessoas vivem a realidade do cotidiano social, nós estávamos adoecidas, deprimidas, sobrecarregadas, com medo, a maior parte da equipe do Grupo Curumim era grupo de risco. Eu por exemplo sou imunodeprimida, uma outra coordenadora tem câncer a bastante tempo, já está em uma situação complexa, outra era enfermeira e cuidava dos pais. Assim, toda a equipe vivia um momento muito tenso, mas a gente não tinha opções, não tinha o que fazer então isso impacta diretamente. Como a gente, naquele momento, nós estávamos pensando como é que vamos conseguir um recurso institucional para pagar inglês pra equipe, para a equipe se qualificar para fazer advocacy internacional. Impossível, até hoje a gente não conseguiu isso. Afeta diretamente a organização mas é mais transversal.

Fabiana(00:48:33): O relato que você deu agora é muito forte porque justamente uma organização é formada de pessoas e conseguir apoio e recursos é um trabalho muito difícil e que exige muito. Eu tô falando isso também como uma pessoa que trabalha em uma ONG e eu capto recursos então é um trabalho realmente complexo e você precisa estar o tempo todo, reafirmando, convencendo que o trabalho que você tá fazendo é importante e que tem ali uma lógica, que ele funciona e que tem realmente um impacto. Muito interessante você ter trazido que vocês não são um Estado, principalmente porque um dos motivos para eu querer trazer o Grupo Curumim, querer trazer a UNFPA, é pelo fato de vocês não serem um Estado. Então é

um aspecto muito relevante de você ter trazido porque justamente vocês não tem a capacidade ou então a responsabilidade de arcar com todas essas responsabilidades então é significativo você ter trazido. Eu coloquei uma pergunta que era sobre o impacto dessas atividades e se elas tiverem resultados duradouros do apoio das edições da “Trilha do Cairo”. Você mencionou que direcionou para questões mais básicas como alimentação, transporte, internet da maioria dos projetos. Mas se teve algum ponto ligado à sustentabilidade da organização, se teve esse resultado prolongado ou a longo prazo.

Elisa(00:50:57): Tem sim, com certeza. Acho que todo projeto que é institucional ele tem impactos duradouros eles têm impactos duradouros, tanto do ponto de vista dos concretos, físicos mas também de abstrato e intersectorial. Computadores, até hoje os computadores que eu uso são daquele edital, são um impacto concreto mas ele também tem impacto transversal porque acho que foi também o momento da gente se reunir e se aproximar de organismos internacionais porque tínhamos estado na CEDAW de 2019, a de 2020 foi cancelada por conta da COVID. Mas estávamos num momento que a gente passou um período, sem estar no processo de organismo internacionais como Grupo Curumim porque foi um momento ali também que anos 2000, final dos anos 2000, 2010 pra cá, onde a gente tava vendo uma defasagem dos processos dos organismos internacionais, um esvaziamento das ações. Então começamos a avaliar: “é tão caro ir. vale a pena ir? vale a pena estar?” Porque é muito caro. Eu tô a duas semanas em Nova York, para estar a duas semanas em Nova York são 50 mil reais uma pessoa.

Então assim, mas foi um momento onde a gente conseguiu se aproximar novamente dessa análise coletiva. Sobre nós precisarmos denunciar o governo brasileiro e não adianta só denunciar para dentro, a gente precisa denunciar para fora. E isso também parte do pressuposto dos organismos internacionais. Então foi um momento de reaproximação disso, mas também foi um momento onde a gente também conseguiu retomar essa aliança com a UNFPA para pensar população e desenvolvimento a partir de outros lugares. Nós viemos para CPD na semana que vem, não na outra, tô aqui de novo. Eu volto para o Brasil depois de amanhã, mas depois eu volto pra cá. Por que tem momentos que por exemplo, tem agendas internacionais, vocês sabem, trabalham com isso, pesquisam isso, e esse ano o CPD vai discutir saúde, conceito de saúde. E tem uma aliança global da extrema direita para desconstituir, desconfigurar o conceito de saúde sexual e reprodutiva. Ou seja, quando você faz isso, você desobriga os Estados membros a promoverem saúde sexual e reprodutiva. A gente viveu isso durante a pandemia, quando o Bolsonaro vinha aqui pra Nova York pra dizer que tava tudo lindo. Tava tudo maravilhoso, quando a Damares tava, foi CEPAL, foi Chile, que a Damares foi lá dizer que o Brasil era maravilhoso que as meninas não eram violentadas, que as mulheres não sofriam feminicídio e nós sociedade civil nos levantamos e ficamos de costas para a Damares, essa é uma foto histórica. Não sei se vocês tiveram acesso a essa foto mas tá lá a Damares discursando no púlpito da CEPAL e tá toda a sociedade civil brasileira de costas pra ela. Isso é uma forma de denúncia, então foi um momento da gente olhar para esses lugares e dizer “precisamos voltar, com uma nova perspectiva, um novo lugar”. Antes estávamos construindo as ações, agora acho que estamos aqui para monitorar, reivindicar e disputar. Então foi esse momento. Então assim, estivemos em CEPAL, teve em RPD, a gente

teve no Forum Feminista, estivemos em CSW, e temos essa longa história que tá aí continuando.

Fabiana (00:54:15): E mesmo com os desafios que vocês enfrentam, mesmo assim, ainda tem uma força de estar nos debates internacionais. Ter essa contribuição, entender sobre os desafios de outras sociedades civis também que se mobilizam dentro da temática de saúde sexual e reprodutiva então acho que é um esforço que pra gente que faz relações internacionais vale muito a pena estar ali contribuindo para o debate internacional. E já finalizando as perguntas, voltando-se para o edital novamente. Vocês precisaram fornecer relatório parciais e totais sobre os projetos, tiveram todo esse acompanhamento e além de todas essas entregas, foi solicitado algum tipo de contrapartida por parte da UNFPA? Ou se comprometeram a entregar um resultado muito específico? Algo nesse sentido.

Elisa (00:55:14) : Ele era... eu lembro desses relatórios. Ai deus! A gente tem uma relação muito boa com UNFPA, uma relação muito boa com a Junia, com a Indyanara, que eram as pessoas que acompanham esse edital, então conseguia trazer feedbacks e tinha essas ações de monitoramento, então a gente ia adaptando as coisas. Tínhamos os relatórios financeiros e relatórios narrativos, nos relatórios financeiros a gente apresenta os recursos como foram gastos nas rubricas propostas e adaptadas. Nos relatórios narrativos, a gente apresentou toda a análise das ações que foram desenvolvidas, durante este relatório narrativo a gente também descrevia que essas ações não foram colocadas apenas com recursos de UNFPA, porque é isso, não dava para pagar salário de equipe apenas com recurso de UNFPA, não dava para pagar internet das meninas apenas com recursos de UNFPA, não dava para fazer a campanha apenas com recurso de UNFPA. Então lá nesse relatório narrativo a gente apresenta: “aqui a gente usou recurso de Malala Fund, aqui a gente usou recurso de PPF, aqui a gente usou de Sesi”, e vai desenvolvendo essas análises. A gente tinha relatórios de meio termo, que era do meio do projeto e a gente tinha o relatório anual também que foi apresentado e enviado para UNFPA.

Fabiana (00:56:49): Perfeito. Acredito que já tenha finalizado aqui as perguntas, acho que não ficou nenhuma dúvida, na verdade acho que pra mim só sobrou admiração pelo trabalho de vocês, eu já estava encantada antes, então agora conhecer um pouco mais sobre o Grupo Curumim foi essencial. Queria saber se a Professora Xaman quer complementar com alguma observação ou alguma pergunta.

Xaman (00:57:10): Não, acredito que não tô muito satisfeita porque a Elisa expande e completa mais do que a gente esperava inclusive. Eu acho que só pra finalizar, perguntar para a Elisa se tem algo que queira adicionar, algo que a gente não perguntou mas você queira adicionar e seja interessante da gente saber. Algo que a gente não esteja atenta das questões, mas que seja algo que seja pra gente pensar também.

Elisa (00:57:36): Acho que primeiro agradecer ao convite, é sempre bom não só poder falar sobre o Grupo Curumim mas também desenvolver esse trabalho, para nós é sempre muito importante difundir conhecimento. Acho que temos um desafio que é: como, e aí pensando

bem nesse foco dos organismos internacionais, das declarações, como que a gente traduz isso pra âmbito nacional? Porque parece que estamos distantes. Se a gente pega uma declaração de CSW, como isso vai para o Brasil? Como isso chega? É um desafio muito grande. E acho que a gente tem feito um trabalho junto ao Grupo Curumim que é traduzir isso na realidade concreta e aí eu vou só dizer que dia 14, foi sexta ou foi quinta?

Fabiana (00:58:41): Foi sexta.

Xaman (00:58:44): Sexta.

Elisa (00:58:52): A gente esteve em um evento aqui em CSW promovido por UNFPA, aqui na sede da UNFPA nos Estados Unidos para falar disso. Que a gente vai soltar em algum momento, eu já mandei um informe para comunicação né mas são as coisas das organizações. Falando como é que a gente traduz isso, como é por exemplo que Beijing, que Cairo, que CPD, a linguagem acordada nessas declarações impactam nos processos nacionais. Foi um momento bem importante, porque foi um momento de UNFPA reconhecer o lugar do Grupo Curumim nesses processos, só tava eu pela América Latina e tinha uma pessoa do Egito e uma pessoa de Filipinas então foi bem bom, deve tá saindo algum material para vocês ficarem a par do que tá acontecendo. Eu estou aqui ainda, nós vamos soltar uma comunicação de como a gente teve avanços nos 30 anos de Beijing mas também retrocessos, especialmente sobre saúde sexual e reprodutiva e também deixar um aviso que vai ter CPD, e que vai ser muito difícil. Vai ser muito difícil porque nós estamos em menor número, em menor quantidade e menor possibilidade de negociação. Então é dizer basicamente isso e dizer que a gente tem essa relação, a UNFPA no Brasil tá vivendo um momento muito difícil. A UNFPA global está vivendo um momento muito difícil, agora também com a retirada dos Estados Unidos da coalizão para colocar recursos nos órgãos da ONU, a gente tem uma perda muito grande então tá difícil. Nós vivemos um momento muito difícil no mundo, então precisamos defender os órgãos da ONU mas também fazer uma análise crítica de porque chegamos neste momento, desta forma. Então pra pensar, colocar coisa na cabeça de vocês pra vocês pensarem, já que vocês estudam sobre isso.

Fabiana (01:31:06): Já trouxe uma reflexão aqui pra gente. Com certeza vai ser algo que a gente vai pensar mesmo, porque tudo que você falou totalmente complementa as perguntas que eu trouxe, mas também o trabalho de TCC. Nós temos também o projeto Diálogo GENERI que nós tratamos muito sobre questões atuais e ter esse insight mais interno, nós conseguimos trabalhar outras ideias aqui também. Então acho que é isso, muito obrigada Elisa. Foi ótima sua contribuição e dentro dos próximos meses estarei nessa saga de escrever um TCC e apresentar até o final do ano. Posso trazer atualizações sobre o trabalho quando ele tiver ok, falar quando vai ser a apresentação caso queira assistir, deixo o convite. Então muito obrigada por ter participado da pesquisa, ter respondido as perguntas, com certeza vai servir muito para a construção do TCC.

Elisa (01:02:10): Eu que agradeço. Agradeço o convite de novo e dizer que é muito bom sempre tá com vocês deixar a minha disponibilidade. Vocês conseguem perceber que minha

vida é muito louca mas é disponibilidade assim, vou fazer todo o esforço possível pra tá com vocês. Não desistam de mim porque às vezes eu não respondo, não porque eu estou ignorando mas é que eu abro e acho que respondi mas não respondi só na minha cabeça. Mas qualquer questão que surja, alguma informação, podem entrar em contato. Assim que soltarmos alguma informação, posso entrar em contato também, seguimos. Vou agendar para que no final do ano eu consiga estar presente na UFPB, já ia dizer UNFPA. Muito obrigada e que bom que vocês estão estudando sobre isso, estão construindo isso principalmente no momento político que a gente vive.


Xaman (01:03:19): Muito obrigada e Elisa aproveito pra deixar a gente à disposição. Se precisar da gente aqui na UFPB, a gente também se mobiliza.

Elisa (01:03:29): Muito obrigada.

Fabiana (01:03:33): Tchau Tchau, boa semana.

ANEXOS

Anexo I: Parecer Consubstanciado do CEP - Aprovado

<p>CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB</p>	
---	--

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A difusão de ideias em saúde sexual e reprodutiva: uma análise da cooperação entre a UNFPA Brasil e o Grupo Curumim

Pesquisador: XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87729825.1.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.557.455

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Fabiana Montenegro Gonsalves, discente do Curso de Relações Internacionais do CCSA/UFPB. Apresenta o título: A difusão de ideias em saúde sexual e reprodutiva: uma análise da cooperação entre a UNFPA Brasil e o Grupo Curumim. Tem como pesquisador principal o prof. Dr. Prof. Xaman Korai Pinheiro Minillo, também orientador da pesquisa. A proposta propõe compreender as relações entre o âmbito doméstico e internacional, valendo-se da cooperação entre o Grupo Curumim (ONG) e a UNFPA (Organização Internacional) sobre saúde sexual e reprodutiva. Nesse aspecto, será analisada a evolução do debate internacional sobre saúde sexual e reprodutiva, de modo a identificar ideias e consensos disseminados em aspecto global. projeto propõe-se a identificar como o cenário doméstico irá contribuir para a cooperação entre as organizações. A pesquisa irá desenvolver-se a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com o Grupo Curumim e a UNFPA para estabelecer relações com a bibliografia do campo de Relações Internacionais. A pesquisa permitirá a observação do fenômeno de modo a desenvolver sobre o impacto dessas ideias e consensos a nível local. A Metodologia partirá de uma abordagem interpretativa por apresenta maior sinergia com a proposta do tema, tendo em vista que essa abordagem permite que seja avaliado o contexto de interação entre esses dois atores e o que significa essa parceria para o meio internacional. Além de compreender, o deslocamento de visões de

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar			
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 58.051-900		
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.557.455

mundo - do local para o internacional e vice-versa. o método de coleta adotado serão as entrevistas aliadas a uma análise documental. As entrevistas serão semiestruturadas. No que concerne à análise documental, a pesquisa seguirá pelos registros eletrônicos das respectivas organizações, que conferem evidências da parceria. Caso não seja possível estabelecer contato com pelo menos uma das organizações, o projeto seguirá para uma análise apenas documental da parceria. A metodologia utilizada para a análise do material será a análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL: compreender as transferências de ideias e consensos do meio internacional para sua aplicabilidade local, ou seja investigará como os princípios e diretrizes internacionais sobre saúde sexual e reprodutiva podem ser aplicados em contextos específicos no Brasil.

ESPECÍFICOS: a) Identificar os conceitos e diretrizes internacionais sobre saúde sexual e reprodutiva, buscando estabelecer um entendimento sobre a evolução do debate; b) Identificar como o contexto doméstico influenciará para a cooperação entre as organizações; c) Construir uma análise sobre os papéis da UNFPA e do Grupo Curumim para o fortalecimento de consensos internacionais em nível local.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS - são considerados mínimos. Nesse caso, o entrevistado pode estar sujeito ao cansaço, apesar das entrevistas preverem um encontro entre 1 ou 2 horas. Outro potencial risco reside na possibilidade de realização da entrevista de forma presencial com o Grupo Curumim, localizado em Recife - PE, ao qual o traslado representa um risco para a pesquisadora. No entanto, caso os entrevistados se sintam desconfortáveis, podem encerrar a coleta de dados ou solicitar que seus nomes não sejam divulgados a qualquer momento.

BENEFÍCIOS: possibilidade de contribuição acadêmica para a área de Relações internacionais. A pesquisa representa um aprofundamento sobre a cooperação entre atores não-estatais e a promoção de visibilidade de sua atuação e da temática. Ao participar das entrevistas, os dados utilizados poderão contribuir para que novas parcerias entre atores não-estatais sejam estabelecidas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se insere na área de Ciência da Informação e se destaca pela clareza e objetividade na apresentação de seus elementos fundamentais. Ela contextualiza o tema de forma precisa e

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.557.455

formula uma questão norteadora bem delineada, o que contribui para a construção de um percurso investigativo sólido. Além disso, estabelece objetivos claros e fundamentação teórica consistente, demonstrando um embasamento acadêmico rigoroso. A metodologia adotada é exposta de maneira transparente, evidenciando o compromisso com a condução de um estudo bem estruturado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

apresentou os seguintes documentos obrigatórios:

- * Informações Básicas do projeto;
- * Projeto completo;
- * TERMO_DE_ANUENCIA_GRUPOCURUMIM.pdf
- * TERMO_DE_ANUENCIA_UNFPA.pdf
- * TERMO_COMPROMISSO_FINANCEIRO_PESQUISADOR;
- * Termo_de_consentimento_UNFPA.pdf (TCLE)
- * Termo_de_consentimento_GrupoCurumim.pdf (TCLE)
- * Orçamento (apresentou apenas nas informações básicas)
- * Cronograma de atividades (submeteu apenas na plataforma Brasil e no projeto completo);
- * Instrumento de coleta de dados (submeteu apenas separadamente e na plataforma Brasil. Não incluiu no projeto completo nem na Plataforma Brasil;
- * Certidão_Departamental.

Recomendações:

Recomendo o contínuo monitoramento ético ao longo da pesquisa. E ainda, que o relatório final da pesquisaseja, após conclusão/aprovação, submetido na Plataforma Brasil (Cf. Modelo-site do CEP/CCS/UFPB: <https://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb/#>) por meio de uma notificação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Com base na análise das informações contida na versão 2 desse protocolo de pesquisa, ressalto o pesquisador sanou as pendências identificadas na versão anterior. Dessa forma, considerando que o mesmo não apresenta nenhuma inadequação ética, a pesquisa está apta a ser iniciada. Assim, o protocolo de pesquisa encontra-se APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.557.455

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2437281.pdf	29/04/2025 10:45:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_TCC_.pdf	29/04/2025 10:45:01	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Cronograma	cronograma_.pdf	28/04/2025 21:31:08	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_esclarecido.pdf	28/04/2025 21:20:13	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_GRUPOCURUMIM.pdf	07/04/2025 21:58:18	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_UNFPA.pdf	07/04/2025 21:58:04	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Outros	Termo_compromisso_financeiro_pesquisador.pdf	07/04/2025 21:50:00	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA.pdf	04/04/2025 09:57:37	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Outros	Certidao_Departamental.pdf	04/04/2025 09:56:24	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	04/04/2025 09:53:30	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	04/04/2025 09:51:10	FABIANA MONTENEGRO GONSALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.557.455

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 09 de Maio de 2025

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br